



ACTA N.º 15 – Aos vinte e nove dias do mês de Dezembro do ano dois mil e onze, nesta Cidade de Santa Maria da Feira, no Auditório da Biblioteca Municipal, reuniu às vinte e uma horas e quinze minutos, passava já da hora marcada, em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, presidida pelo Exmo. Presidente da Assembleia – José Manuel Moreira Cardoso da Costa – e secretariada pelos senhores Sérgio Reis Ribeiro e Francisco Barbosa de Oliveira Maia, com a seguinte “Ordem do Dia”:

- 1 – Acta N.º 14 – Sessão Extraordinária de 11 de Novembro de 2011;
- 2 – Informação sobre a Actividade e Situação Financeira do Município;
- 3 – Grandes Opções do Plano e Orçamento Municipal para 2012;
- 4 – Plano de Actividades e Orçamento para 2012 da Feira Viva, Cultura e Desporto, E.E.M. (para conhecimento);
- 5 – Alteração ao Mapa de Pessoal de 2011;
- 6 – Mapa de Pessoal para 2012;
- 7 – Tarifário de Água e Saneamento para 2012;
- 8 – Empréstimo-Quadro (EQ) do BEI para o CCTAR – Centro de Criação de Teatro e Artes de Rua e para a Concepção/Construção do Pavilhão Desportivo de Fiães (deliberação de 11/Novembro/2011)
- Alteração da taxa de juro/Ratificação;
- 9 – Conservação de capital social da Feira Viva, Cultura e Desporto, EEM; Entrada em espécie para cobertura de resultados transitados negativos e prestações acessórias de capital – Pavilhão Desportivo da Lavandeira;
- 10 – PERM – Parque Empresarial de Recuperação de Materiais
- Novo Pedido de Suspensão Parcial do Plano Director Municipal e Estabelecimento de Medidas Preventivas;
- 11 – Novo Aterro da Suldouro
- Pedido de Suspensão Parcial do Plano Director Municipal e Estabelecimento de Medidas Preventivas;
- 12 – Exploração das Termas de S. Jorge;
- 13 – PEC-TSM – Parque Empresarial da Cortiça, das Terras de Santa Maria, EM
- Extinção da Empresa Municipal;



- 14 – Pedido de subsídio da Associação do Centro Social de Escapães-----
- Autorização da repartição de encargos; -----
15 – Encerramento da EDV Energia (*para conhecimento*)-----
- Resumo das Contas; -----
16 – Constituição de Comissão no âmbito da Reforma da Administração Local
(Artigo 15.º, n.º 2, do Regimento).-----

A Câmara Municipal fez-se representar, nesta sessão, pelo seu Presidente – Alfredo de Oliveira Henriques, e pelos senhores vereadores Emídio Ferreira dos Santos Sousa, Cristina Manuela Cardoso Tenreiro, José Manuel da Silva Oliveira, Celestino Augusto Soares Portela, Alcides Alves Branco de Carvalho, Margarida Maria Santos Soares da Rocha Gariso, Sérgio Manuel Murteira Cirino e Márcio dos Santos Correia.-----

Sr. Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão, começando por saudar os membros presentes.-----

Foi dada nota da entrada na Mesa, até àquele momento, de sete credenciais: uma do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Arrifana, que delegou a sua representação, nesta sessão, no Secretário daquele Executivo – David Manuel Pinho Soares Ferreira; uma do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Caldas de São Jorge, que delegou a sua representação, nesta sessão, na Secretária daquele Executivo – Maria Rosa de Jesus Costa Santos; uma do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Louredo, que delegou a sua representação, nesta sessão, no Secretário daquele Executivo – Dinis Agostinho Ferreira Rocha; uma do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Mozelos, que delegou a sua representação, nesta sessão, no Tesoureiro daquele Executivo – Manuel Bernardino da Silva Maia; uma do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria da Feira, que delegou a sua representação, nesta sessão, no Tesoureiro daquele Executivo – Alberto de Oliveira Tavares; uma do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de S. João de Ver, que delegou a sua representação, nesta sessão, no Vogal daquele Executivo – Bernardino Carlos Martins Pais; e uma outra do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de São Miguel de Souto, que delegou a sua representação, nesta sessão, no Tesoureiro daquele Executivo – Zeferino Carlos Reis dos Santos.-----

A Assembleia foi ainda informada, pela Mesa, de que dois deputados municipais –



nomeadamente os membros Leandro José Dias dos Reis (PS) e António de Oliveira e Silva (BE) – solicitaram, nos termos da Lei, e dada a impossibilidade em estarem presentes pelos motivos expostos nas próprias comunicações, serem substituídos nesta sessão. -----

Verificando a presença dos cidadãos imediatamente a seguir das respectivas listas, o Sr. Presidente da Assembleia comunicou que, nos termos da Lei, o membro Leandro Reis é substituído, na sessão, pelo cidadão a seguir na lista do PS, ou seja, pelo Sr. Manuel António de Oliveira Ferreira, e que o membro António de Oliveira Silva é substituído pelo cidadão imediatamente a seguir na lista do BE, ou seja, pelo Sr. Nuno Miguel Pinto Serrano. -----

Para além dos membros atrás referidos – presentes em substituição/representação de outros – encontravam-se presentes os seguintes membros da Assembleia Municipal:-----

Adriano Serafim Resende Martins; Ângelo César da Silva Castro; António Alves Cardoso; António André da Silva Topa; António Vilar de Oliveira; Arménio Magalhães de Oliveira; Fernanda Paula Marques Oliveira; Francisco Barbosa de Oliveira Maia; José Carlos Pinto da Silva; José Manuel Milheiro de Pinho Leão; José Manuel Moreira Cardoso da Costa; Lúcia Alexandra Pereira de Sousa Gomes; Manuel da Mota Pinho; Manuel Fernandes Pinheiro; Maria Filomena Leite Ferreira; Maria Marília da Conceição e Paiva Brandão; Maria Olinda de Oliveira Reis Coelho; Pedro Miguel de Pinho Pereira; Rui Jorge Ribeiro Tavares; Telmo André dos Santos Gomes; Victor José dos Santos Neves; e os Presidentes das Juntas de Freguesia de Canedo – Vítor Carlos Latourrette Marques; Escapães – Gastão Valente Pinto da Silva; Fiães – Bernardino Henriques Ribeiro; Guisande – Mário Luís Fernandes da Silva; Lobão – José Henriques dos Santos; Lourosa – Sérgio Reis Ribeiro; Nogueira da Regedoura – Henrique Pereira Ferreira; Paços de Brandão – Firmino Gomes da Costa; Rio Meão – Mário Jorge de Castro Reis; Sanfins – José Fernandes Leite; Sanguedo – José Nogueira da Silva; S. Paio de Oleiros – David Ferreira Rodrigues; e Vale – Joaquim de Almeida Rocha.-----

Seguidamente, e na sequência do que foi sugerido à Mesa e aceite pela mesma na sessão de 25 de Junho de 1999 quanto à omissão da leitura da síntese da correspondência recebida e emitida pela Mesa deste Órgão, e que continuou a ter a aceitação de todos e por isso continua a ser prática durante este mandato, o Sr. Presidente da Assembleia informou que se encontrava disponível a relação, bem como os respectivos documentos, para que os Srs.



MF

9

✓

membros os pudessem consultar, caso o pretendessem.-----

É do seguinte teor a síntese da correspondência recebida e emitida pela Mesa da Assembleia Municipal, após a sessão extraordinária de 11 de Novembro de 2011: -----

- “Ofício do Sr. Vereador do Pelouro de Administração, Finanças e Desenvolvimento Económico, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, a minuta e a acta da reunião da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 31 de Outubro de 2011; -----
- E-mail do Secretário-Geral da ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo circular 151/2011-PB, informando que se encontra disponível no site daquela Associação a Resolução aprovada pelo Conselho Geral da ANMP, em reunião realizada a 11 de Novembro de 2011, relativa à Proposta de Lei do Orçamento do Estado para 2012; -----
- Ofício do Juiz de Direito do Tribunal Judicial de Espinho – 1.º Juízo, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, solicitando fosse enviado àquele Tribunal cópia da acta da sessão extraordinária de 21 de Novembro de 2008 da Assembleia Municipal; -----
- Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Juiz de Direito do Tribunal Judicial de Espinho – 1.º Juízo, remetendo, dando cumprimento ao solicitado, cópia da acta da sessão extraordinária de 21 de Novembro de 2008 da Assembleia; -----
- Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Metropolitana do Porto, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo fotocópia de duas moções aprovadas na sessão extraordinária realizada por aquela Assembleia no passado dia 28 de Outubro de 2011, uma apresentada pelo PS intitulada “Reforma da Administração Local” e a outra apresentada pela CDU intitulada “Em defesa do Poder Local Democrático”; -----
- Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Metropolitana do Porto, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo fotocópia de moção aprovada na sessão extraordinária realizada por aquela Assembleia no passado dia 28 de Outubro de 2011, apresentada pelo PS e intitulada “Na Defesa da Linha do Vale do Vouga”; -----
- E-mail da Chefe de Gabinete do Grupo Parlamentar “Os Verdes”, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, para conhecimento, resposta à pergunta dirigida ao Ministério da Justiça sobre o “Tribunal da Feira”, subscrita pelos deputados daquele Grupo Parlamentar, José Luís Ferreira e Heloísa Apolónia; -----



g'

C

- Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao membro deste Órgão – Richard Armando de Sá Neves, informando-o, na sequência do pedido de suspensão de mandato efectuado pelo mesmo, que esta Assembleia Municipal, na sua sessão realizada no passado dia 11 de Novembro de 2011, aprovou o pedido de suspensão do mandato, pelo período de 12 meses, pelo que nos termos legais o mesmo passa a ser substituído pela cidadã que segue na lista da mesma força partidária, no caso, a Sr.ª Samanta Joana da Silva Maia; -----
- Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, à Sr.ª Samanta Joana da Silva Maia, informando-a que esta Assembleia Municipal, na sua sessão realizada no passado dia 11 de Novembro de 2011, aprovou o pedido de suspensão do mandato efectuado pelo membro Richard Armando de Sá Neves, pelo período de 12 meses, pelo que nos termos legais o mesmo passaria a ser substituído pela própria Samanta Maia; -----
- Ofício do Sr. Vereador do Pelouro de Administração, Finanças e Desenvolvimento Económico, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, a minuta e a acta da reunião da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 14 de Novembro de 2011; -----
- E-mail do membro deste Órgão – José Manuel Leão, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, solicitando, em nome do grupo municipal do PSD, que fosse agendado o ponto “Constituição de comissão no âmbito da reforma da Administração Local”, na Ordem de Trabalhos da presente sessão da Assembleia Municipal, de 29 de Dezembro de 2011; -----
- Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Metropolitana de Lisboa, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, enviando deliberação daquela Assembleia, aprovada na sessão ordinária do dia 28 de Novembro de 2011, referente ao “Processo Eleitoral e as Competências das Áreas Metropolitanas”; -----
- Ofício do membro deste Órgão – António Alves Cardoso, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, solicitando, face às dúvidas quanto ao direito a perceber senhas de presença na qualidade de membro da Assembleia, uma vez tendo sido considerado tempo de serviço no sector privado para efeitos de contagem para determinação do valor da aposentação na Caixa Geral de Aposentações, o mesmo se dignasse mandar instar os serviços jurídicos do município a que se esclareça o assunto, para posterior actuação em conformidade; -----
- Ofício do Presidente da Assembleia Metropolitana do Porto, ao Sr. Presidente da



[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

Assembleia Municipal, convidando-o para estar presente na sessão ordinária que aquela Assembleia realizou no dia 14 de Dezembro de 2011, bem como indicando a Ordem de Trabalhos dessa sessão;-----

- Convite da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Feira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal e sua esposa, para a tradicional Festa de Natal dos Bombeiros com uma Ceia, que se realizou no dia 17 de Dezembro de 2011;-----
- Ofício do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Escapães, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, informando o parecer da Assembleia de Freguesia de Escapães perante o Documento Verde da Reforma da Administração Local;-----
- E-mail da parte do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, aos representantes dos grupos municipais com representação neste Órgão, remetendo, para conhecimento, o ofício que lhe foi endereçado pelo Sr. Presidente da Assembleia Metropolitana de Lisboa, sobre deliberação aprovada por aquela Assembleia na sessão ordinária do dia 28 de Novembro de 2011, referente ao “Processo Eleitoral e as Competências das Áreas Metropolitanas”;---
- Ofício do Sr. Vereador do Pelouro de Administração, Finanças e Desenvolvimento Económico, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, a minuta e a acta da reunião da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 28 de Novembro de 2011;-----
- Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, a todos os membros que constituem este Órgão, convocando-os para esta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 29 de Dezembro de 2011, bem como informando qual a respectiva “Ordem do Dia”;-----
- Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, informando-o, bem como à Exma. Câmara, da realização desta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 29 de Dezembro de 2011, e indicando a respectiva “Ordem do Dia”;-----
- Ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, informação escrita acerca da Actividade e Situação Financeira do Município (para ser presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 29 de Dezembro de 2011);-----
- Ofício do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Fornos, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo documento aprovado na Assembleia de Freguesia de Fornos,



[Handwritten signature]
[Handwritten initials]
[Handwritten mark]

- referente ao “Livro Verde da Reforma Autárquica”;-----
- E-mail do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de São Miguel de Souto, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, informando, na impossibilidade de estar presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal de 29 de Dezembro de 2011, uma vez se encontrar fora do país, que em sua representação estará presente o tesoureiro daquela Junta de Freguesia, Zeferino Carlos Reis dos Santos; -----
 - Ofício do Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, prestando informações na sequência do requerimento apresentado pela deputada municipal Lúcia Gomes, sobre o “Projecto de compostagem”;-----
 - Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, à deputada municipal Lúcia Alexandra Gomes, remetendo fotocópia do ofício que entretanto lhe havia sido endereçado pelo Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, onde são prestadas informações na sequência do requerimento apresentado por aquela deputada municipal, sobre o “Projecto de compostagem”; -----
 - Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, aos membros deste órgão na situação de pensionistas (da Caixa Geral de Aposentações ou da Caixa Nacional de Pensões), sobre a possibilidade de serem auferidas pelos membros da Assembleia que se encontram na situação de pensionista as senhas de presença pela participação nas sessões da Assembleia Municipal; -----
 - E-mail do membro deste Órgão, Leandro Reis, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, informando não poder estar presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal de 29 de Dezembro de 2011, em virtude de se encontrar ausente do Concelho e sem possibilidade logística de nela comparecer em tempo útil, requerendo a sua substituição na mesma, nos termos da lei; -----
 - Ofício do Sr. Vereador do Pelouro de Administração, Finanças e Desenvolvimento Económico, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, as minutas e as actas das reuniões da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 12 e 19 de Dezembro de 2011; -----
 - Fax do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de S. João de Ver, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo credencial em que delega, na impossibilidade de estar presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal de 29 de Dezembro de 2011, a



[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

sua representação no Sr. Bernardino Carlos Martins Pais, Vogal daquela Junta de Freguesia;-----

- Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Espinho, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo fotocópia da moção aprovada por aquela Assembleia, reunida em 22 de Dezembro em curso, intitulada “Na defesa da Linha-férrea do Vale do Vouga”;-----
- Diversos jornais, revistas e cartões de Boas Festas.”-----

PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* informou de que dera entrada na Mesa uma recomendação e duas moções apresentadas pelo membro Nuno Serrano (BE).-----

O Sr. Presidente da Assembleia informou que daria a palavra ao membro Nuno Serrano para apresentar os referidos documentos e que, posteriormente, daria a palavra a um representante de cada um dos grupos municipais, para se pronunciarem sobre os mesmos.-----

Interveio o membro *Nuno Serrano* (BE) para fazer uma breve apresentação da recomendação e das duas moções que fez chegar à Mesa, cujos teores, seguidamente, se transcrevem:-----

“MOÇÃO-----

PARA QUE SEJA CRIADA UMA ROTA TURÍSTICA NO CONCELHO-----

Considerando que o concelho de Santa Maria da Feira tem uma história rica e que, por isso, é composto por vários elementos patrimoniais, arquitetónicos, ambientais, culturais, industriais e imateriais de grande riqueza histórica, identitária, cultural e turística;-----

Considerando que muitos destes locais e elementos não são valorizados pela Câmara Municipal;-----

Considerando que, consequência desse facto, muitos feirenses desconhecem a riqueza do seu próprio concelho, assim como muitas outras pessoas que, sendo de fora do concelho, o visitam sem tirar o maior proveito turístico e cultural do mesmo;-----

Considerando que face este património, o concelho pode e deve ter um maior investimento na oferta turística, fixando os visitantes por mais tempo no concelho, promovendo, por via disso, crescimento económico no concelho,-----

A Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira reunida em 29 de Dezembro de 2011,



[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

delibera: -----

1. O levantamento de todos os locais de interesse em cada freguesia do concelho: de património cultural, arquitetónico, ambiental, histórico, industrial ou imaterial;-----
2. A intervenção de reabilitação onde seja necessária pela degradação do património e a integração desses locais em rotas turísticas do concelho; -----
3. A divulgação desses locais e das rotas, bem como da sua informação histórica e descritiva; -
4. A intervenção nas vias de comunicação estruturantes e necessárias para permitir o acesso das pessoas a esta rota, nomeadamente a intervenção na linha ferroviária e a intervenção qualificante na rodovia do concelho.”-----

“RECOMENDAÇÃO -----

PARA QUE SEJA CRIADA UMA TAXA MUNICIPAL PELA UTILIZAÇÃO ESPECIAL DO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL PELAS CAIXAS MULTIBANCO INSTALADAS NO EXTERIOR DOS EDIFÍCIOS ----
A ocupação da via pública é, já há muito, objecto de tributação pelas autarquias locais. -----
A Lei das Finanças Locais admite no artigo 15º a criação de taxas pelos municípios e a Lei nº 53-E/2006 de 29 de Dezembro (que aprovou o regime geral das taxas das autarquias locais) refere no artigo 6º e) que as taxas municipais incidem sobre utilidades prestadas aos particulares, designadamente pela utilização e aproveitamento de bens do domínio público e privado municipal. -----

Não faltam exemplos concretos de tributação pelos municípios do aproveitamento especial do domínio público local: esplanadas nos passeios, rampas de acesso a garagens, venda de gelados ou outros produtos na via pública...-----

Há contudo uma utilização especial do domínio público municipal que não tem constituído, até ao momento, receita tributária das autarquias: as caixas Multibanco, quando pela sua localização no exterior de edifícios, levam à ocupação da via pública para a realização de operações próprias dos contratos de natureza bancária. -----

A instalação de caixas Multibanco na via pública enquadra-se nas situações previstas na lei. Mesmo que inseridas na fachada de edifícios, o manejo dos Multibanco utiliza a via pública municipal de forma intensa, muito distinta do simples trânsito pedonal. -----

Por outro lado, a realização ininterrupta, através das caixas Multibanco, dum conjunto muito vasto de operações financeiras no espaço público municipal gera uma significativa utilidade



[Handwritten initials]
[Handwritten mark]
[Handwritten mark]

económica para as entidades bancárias.-----

Não há por isso qualquer razão consistente para que a utilização de forma especial da via pública pelas caixas Multibanco não seja objecto de tributação municipal. Refira-se, como exemplo, que na vizinha Espanha o uso especial do espaço público pelas ATM é já objecto duma taxa municipal.-----

Assim, para que se iniciem os procedimentos previstos no artigo 8º da Lei nº 53-E/2006 de 29 de Dezembro e tendo também em conta a necessidade dos municípios obterem mais receitas para uma melhor resposta à grave situação social, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira reunida em 29 de Dezembro de 2011, recomenda ao Executivo camarário:-----

- Que seja criada uma Taxa pela utilização especial do domínio público municipal pelas Caixas Multibanco instaladas no exterior dos edifícios.”-----

“MOÇÃO-----

PARA QUE A TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM SEJA PAGA DIRETAMENTE PELAS EMPRESAS DE TELECOMUNICAÇÕES E NÃO PELOS CONSUMIDORES-----

A Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) foi criada pela Lei das Comunicações Eletrónicas. Segundo o nº 2 do artigo 106º da lei nº 5/2004 de 10 de Fevereiro, “os direitos e encargos relativos à implantação, passagem e atravessamento de sistemas, equipamentos e demais recursos das empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, dos domínios público e privado municipal podem dar origem ao estabelecimento de uma taxa municipal de direitos de passagem (TMDP)”.-----

“A TMDP é determinada com base na aplicação de um percentual sobre cada factura emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, para todos os clientes finais do correspondente município”.-----

Segundo a Lei Geral Tributária, as taxas assentam na prestação concreta de um serviço público ou na utilização de um bem de domínio público. Há assim que questionar porque motivo o cliente final dos serviços das operadoras de telecomunicações é sujeito passivo da TMDP, já que são as operadoras de telecomunicações quem efetivamente utiliza o bem de domínio público. A TMDP é, na verdade, a contraprestação pela concessão de um direito de utilização do subsolo, direito esse que é concedido pelos municípios às operadoras de telecomunicações e não aos consumidores finais.-----



[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

A aplicação da TMDP tem gerado grande controvérsia. O Provedor de Justiça e a Associação Nacional de Municípios Portugueses tomaram posições muito críticas sobre a TMDP. Os municípios reclamam, muito justamente, que as empresas de telecomunicações, embora apresentem lucros muito avultados, nem sempre transferem para os municípios os valores, ou todos os valores, que cobram aos consumidores. Muito recentemente, e apenas como exemplo, a imprensa divulgou que uma Câmara Municipal tinha recebido de uma operadora, a PT Comunicações S.A, um cheque de 27 cêntimos. Sucede que a lei nº 5/2004 também não prevê qualquer sanção para as operadoras de telecomunicações pelo incumprimento do artigo 106º, pelo que são absolutamente necessárias alterações à Lei nº 5/2004 de 10 de Fevereiro. --- Assim, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida em 29 de dezembro de 2011 delibera: -----

1. Solicitar à Assembleia da República uma alteração à lei nº 5/2004 de modo a que as operadoras de telecomunicações, e não os consumidores finais, passem a pagar diretamente a TMDP;-----
2. Defender que a lei nº 5/2004 passe a prever coimas significativas aos incumpridores do artigo 106º, para que as empresas não fujam ao respetivo pagamento aos municípios.”-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* questionou aos representantes dos grupos municipais se pretendiam usar da palavra a respeito da recomendação e das moções apresentadas, tendo apenas manifestado intenção de intervir o grupo municipal do PSD, indicando, para o efeito, o membro José Carlos Silva.-----

Interveio o membro *José Carlos Silva* (PSD) que começou por dizer, aludindo à moção a propósito da criação de uma Rota Turística em Santa Maria da Feira, que já existem cadastros sobre o património cultural do Concelho de Santa Maria da Feira, ressaltando ainda que o Concelho de Santa Maria da Feira deve estar inserido numa grande rota turística. Frisou que tal tipo de questões devem ser vistas a um nível global e não local, fazendo sobressair que Santa Maria da Feira já é uma referência nesse âmbito.-----

Quanto à recomendação a respeito da criação de uma taxa municipal pela utilização especial do domínio público municipal pelas Caixas Multibanco instaladas no exterior dos edifícios, disse que essas caixas de multibanco são um serviço para as populações. Referiu que as



próprias Juntas de Freguesia pedem caixas de multibanco para as suas freguesias e, na maior parte das vezes, são os próprios bancos a não acederem a esses pedidos porque a instalação dessas caixas acarretam custos. Disse ser contraditório que se peça um serviço para a população e, depois, queixar-se desse mesmo serviço. -----

Sobre a moção relacionada com a Taxa Municipal de Direitos de Passagem, disse ser sabido que, caso a mesma seja cobrada aos operadores, os mesmos farão reflectir esses custos no preço final ao consumidor, fazendo com que todos os consumidores venham a pagar muito mais. -----

O membro José Carlos Silva concluiu a sua intervenção dizendo que, pelas razões que apontou, o grupo municipal do PSD ia votar contra a recomendação e as duas moções apresentadas pelo Bloco de Esquerda. -----

Entretanto, saíram os membros António Topa e Fernanda Paula Oliveira. -----

Em seguida, o *Sr. Presidente da Assembleia* passou a submeter a votação a recomendação e as moções apresentadas pelo membro Nuno Serrano, tendo-se verificado os seguintes resultados: -----

– A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 9 votos a favor da moção (BE, CDU, PS: 7), 29 votos contra (PSD: 26, CDS-PP, Ind., PS: 1), e 3 abstenções (PS), rejeitar a moção apresentada pelo membro Nuno Serrano (BE), intitulada “Para que seja criada uma Rota Turística no Concelho”, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta acta e que se dá aqui por transcrito. -----

Entraram os membros Jorge Manuel Fernandes Oliveira da Silva e Marco Aurélio Oliveira Jesus. -----

– A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 11 votos a favor da moção (BE, CDU, PS: 9), 29 votos contra (PSD: 27, CDS-PP, Ind.), e 3 abstenções (PS), rejeitar a recomendação apresentada pelo membro Nuno Serrano (BE), intitulada “Para que seja criada uma Taxa Municipal pela utilização especial do domínio público municipal pelas Caixas Multibanco instaladas no exterior dos edifícios”, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta acta e



que se dá aqui por transcrito. -----

Entrou a deputada municipal Adriana Marisa da Silva Cardoso.-----

- A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 11 votos a favor da moção (BE, CDU, PS: 9), 30 votos contra (PSD: 28, CDS-PP, Ind.), e 3 abstenções (PS), rejeitar a moção apresentada pelo membro Nuno Serrano (BE), intitulada “Para que a Taxa Municipal de Direitos de Passagem seja paga directamente pelas empresas de telecomunicações e não pelos consumidores”, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta acta e que se dá aqui por transcrito.-----

Entraram os membros Antero Henrique Tavares da Rocha Barbosa, Samanta Joana da Silva Maia, Idalina Noémia Pais de Sousa e Sá Abreu, Lia Andreia Cristóvão Ferreira, Carla Adriana da Piedade Moreira Santos Pinto, António Domingues Pereira, e os Presidentes das Juntas de Freguesia de Travanca – António Sérgio Gonçalves Silva, Argoncilhe – Manuel Jorge Oliveira Tavares Coimbra, Mosteirô – Manuel Fernando Brandão Ferreira Custódio, Pigeiros – Feliciano Martins Pereira, Fornos – Luis André Dias Ferreira Assunção dos Santos, Milheirós de Poiares – Augusto de Pinho Santos, Gião – Manuel Joaquim Baptista Cardoso, e Vila Maior – Manuel Mota Araújo.-----

Reentraram os membros António Topa e Fernanda Paula Oliveira.-----

Ultrapassada a discussão e votação das moções e da recomendação, o *Sr. Presidente da Assembleia* abriu as inscrições para intervenção neste Período de Antes da Ordem do Dia. Registadas as inscrições pela Mesa, o Sr. Presidente da Assembleia recordou que o combinado, na reunião preparatória, foi que o Período de Antes da Ordem do Dia teria uma hora estrita de duração. Ressaltou que já se tinham passado 20 minutos com a discussão das moções e da recomendação e que, conforme o acordado, seriam dados 15 minutos ao Sr. Presidente da Câmara, para que o mesmo desse as respostas às questões a serem colocadas. Saliu que, para cumprir a uma hora de duração combinada, só via duas soluções, ou seja, ou os grupos municipais serem contidos na designação dos seus membros para intervir, o que não se verificou, ou, então, dadas as numerosas inscrições, reduzir o tempo de intervenção de



#12
9.

3

cada um dos inscritos. -----

O Sr. Presidente da Assembleia disse que, pelo que explicou, daria a palavra aos inscritos por dois minutos, passando, em seguida, a palavra ao membro Victor Neves. -----

Interveio o membro *Victor Neves* (PS) que leu documento escrito cujo teor, seguidamente, se transcreve:-----

“DEMOLIÇÃO TOTAL-PARCIAL DO PRÉDIO DE LOUROSA-----

Senhor Presidente da Câmara -----

A decisão do tribunal para que a Câmara executasse a sentença de demolição total ou parcial do prédio, foi dada em setembro de 2007.-----

Posteriormente a esta decisão, o autor da ação senhor Fernando Fontes Silva recorreu motivado pela sua discordância da demolição parcial do edifício, recurso esse que originou num atraso de 10 meses, tendo o tribunal mantido a decisão inicial de a câmara dar cumprimento à execução da sentença no período de 36 meses, da demolição parcial, até 2/7/2011.-----

Porém, acontece que a câmara deixou passar os 36 meses, sem que nada, ou praticamente nada tenha feito, numa atitude de total desrespeito para com as decisões judiciais deste País, isto porque, só em outubro/2011 por carta registada com aviso de receção, notificou os proprietários da demolição parcial do dito.-----

E que notificação a câmara a que o senhor preside, enviou aos proprietários!-----

A câmara, desde o primeiro instante que licenciou há 15 anos aquela aberração, numa atitude de total prepotência e arrogância do quero posso e mando, desbaratou milhares, pertencentes ao erário público feirense e agora, numa atitude de total desprezo pelos proprietários, tem o desplante de lhes oferecer por fração a demolir, valores inferiores a metade do preço que os ditos proprietários pagaram há 15 anos atrás.-----

Senhor Presidente, se o senhor fosse um desses proprietários a quem a câmara oferecesse tão insignificante verba, como reagiria o senhor presidente? -----

Ai se a justiça neste País funcionasse numa linha de não discriminação para com e entre os cidadãos! -----

O senhor Presidente, segundo entendidos na matéria, neste momento já não era presidente da câmara, teria perdido o mandato e ainda segundo entendidos na matéria, até estaria na prisão. -



É óbvio, que como ser humano que sou e porque tenho sensibilidade humana, não desejo tal situação a ninguém e já agora, também não o desejo ao cidadão senhor Alfredo Henriques! ---- Mas ao senhor Alfredo Henriques, presidente da câmara, prepotente, arrogante, que só porque tem tido maiorias absolutas, se julgou dono deste Concelho, não dando nunca atenção à realidade e até aos vários alertas que lhe foram sendo dados ao longo destes 15 anos, senhor presidente...-----

A Justiça tardou mas foi feita justiça. Só que o senhor presidente teimosamente ainda continua com o seu tique do quero posso e mando!" -----

Interveio o membro *Nuno Serrano* (BE), que começou por questionar ao Sr. Presidente da Câmara se podia esclarecer a Assembleia de quais os valores em dívida, por parte da Câmara, às associações culturais e desportivas, e quando é que a Câmara as tenciona regularizar. ----- Perguntou, também, qual o montante da dívida da Câmara aos fornecedores, dizendo saber que os prazos de pagamento têm vindo a ser dilatados, e que essa informação pode ser comprovada nos sites da Administração Local, recordando terem existido dois programas especiais para regularizar tais dívidas. Questionou, ainda, qual o critério da Câmara para que os grandes fornecedores sejam os primeiros a ser ressarcidos, fazendo sobressair que são os pequenos fornecedores os que mais sofrem com o incumprimento da Câmara Municipal, bem como do Governo. -----

Em seguida perguntou em que estado está a criação, em Santa Maria da Feira, de um Centro de Emprego ou de uma Agência, tendo em conta o elevado número de desempregados neste Concelho bem como a perspectiva do disparar desse mesmo número. -----

Questionou quais os valores envolvidos na expropriação do Parque Empresarial da Cortiça, bem como qual o destino dos terrenos expropriados das áreas que não foram utilizadas na construção da via, ressaltando que coloca tal questão também porque, a cada ano que passa, não há forma de o Plano Director Municipal ver a luz do dia. -----

Disse que no centro da cidade de Santa Maria da Feira está a ser construída uma superfície comercial, questionando ao Sr. Presidente da Câmara qual a entidade à qual está licenciada a exploração desse centro comercial.-----

Relativamente à Linha do Vale do Vouga, disse ser do conhecimento público que o protocolo entre a REFER e a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira encontra-se suspenso, e que



essa Linha vai ser encerrada por iniciativa do governo PSD/CDS-PP. Nesse âmbito, questionou que iniciativas tomou ou tenciona tomar a Câmara Municipal para obstar a essa decisão absurda, ressaltando que em alguns locais onde foram disponibilizados mais horários compatíveis verificou-se um acréscimo de 30 a 40% de passageiros.-----

Concluindo a sua intervenção, e relativamente à lei das rendas que hoje foi aprovada, à qual apelidou de nefasta, questionou que medidas tenciona a Câmara Municipal tomar para minorar o descalabro social que se avizinha, tendo em conta a grave crise económica que atravessa o Concelho de Santa Maria da Feira.-----

Interveio a deputada municipal *Lúcia Gomes* (CDU), que começou por dizer que queria valorizar a importância do Festival de Cinema Luso-Brasileiro, referindo que o mesmo esteve em perigo de não se levar a efeito em 2011, apelando ao executivo camarário para que não deixe de atribuir os 50 mil euros de apoio para esse Festival e, se possível, mais ainda. Salientou que o PCP e o partido ecologista Os Verdes, na Assembleia da República, têm feito um esforço para que haja algum financiamento por parte do Estado Central, esperando que, estando agora o PSD no Governo, isso represente uma possibilidade para que a Câmara possa intervir nesse sentido, sublinhando que, de facto, o Festival de Cinema Luso-Brasileiro é uma mais-valia para o Concelho. Referiu que os 25 mil euros que foram gastos em cada um dos boletins autárquicos não têm o impacto que tem esse Festival, apelando que o mesmo seja, efectivamente, uma prioridade da Câmara, aproveitando para agradecer o empenho que a Câmara tem tido para que o Festival se concretize, bem como ao Cine-club de Santa Maria da Feira. -----

Relativamente à reorganização administrativa, disse que queria dar nota de uma contradição do Executivo, focando que na anterior sessão ordinária da Assembleia Municipal foi rejeitada uma moção apresentada, a esse propósito, pela CDU, e que a mesma foi rejeitada com o pretexto de que esse não seria um tema urgente. A esse respeito disse que, dois dias depois, o que se constatou foi que, no País, só se falava da reorganização administrativa. Salientou que foi feito um debate em que o Sr. vereador Emídio Sousa apontou erros no documento da reorganização administrativa, ressaltando que, enquanto isso, o Sr. Presidente da Câmara diz que não tem de se pronunciar porque esse é um assunto para a Assembleia Municipal decidir. Nesse âmbito, questionou se a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira vai, ou não, tomar



[Handwritten signature]
[Handwritten initials]
[Handwritten mark]

uma posição relativamente ao documento apresentado para a reorganização administrativa. ---
Relativamente à Linha do Vale do Vouga, deu nota que o PCP apresentou uma petição na Assembleia da República, a qual foi apoiada por todos os partidos, e que várias Assembleias Municipais apoiaram as moções de requalificação da Linha do Vale do Vouga. Disse saber que o PSD entregou o projecto de resolução para o estudo da requalificação da Linha do Vale do Vouga mas que, contudo, o texto não está disponível.-----

Nessa medida, disse que queria questionar ao Sr. Presidente da Câmara, tendo em conta os milhares de euros já investidos pela REFER, pelo Estado Português, e pela própria autarquia, qual a posição da Câmara relativamente à decisão de encerramento da Linha do Vale do Vouga. -----

Interveio o membro *José Carlos Silva* (PSD), dizendo que o motivo da sua intervenção se prendia com uma notícia de que estavam a nascer ou estavam a ser plantadas roulottes no Parque do Murado, em Mozelos, e que queria dar um esclarecimento, como mozelense, a esse respeito.-----

Informou que as roulottes já se encontram naquele local, no período que coincide com a realização da Festa Santa Catarina, também conhecida pela Festa dos Diospiros, há mais de 10 anos, salientando ser mentira que se diga que foram cortadas árvores para plantar roulottes. Referiu que, há 3 anos atrás, uma dessas roulottes, estacionada debaixo das árvores, ficou desfeita porque a tília estava de tal forma podre que caiu uma grande ranca, provocando tal prejuízo, levando a que o proprietário da roulotte, a partir do ano seguinte, estacionasse no lado de cima desse mesmo parque. Informou que, em Maio deste ano, caiu outra grande ranca que ia matando duas pessoas. -----

Referiu que, assim sendo, tais árvores do Parque do Murado foram cortadas, ressaltando que o corte dos sobreiros, como árvore protegida que é, teve a devida licença da Direcção-Geral das Florestas, e que as outras árvores foram cortadas. -----

Concluiu dizendo que quando as árvores estão a morrer têm de ser cortadas, e que fazer-se disso um caso de batalha, é muito complicado.-----

Usou da palavra a deputada municipal *Idalina Abreu* (PS), que começou por dizer que, na última sessão da Assembleia Municipal, solicitou esclarecimentos ao Sr. Presidente da



[Handwritten signature]
[Handwritten initials]
[Handwritten mark]

Câmara sobre a diferença entre os saldos finais e os saldos iniciais, constantes na listagem de obras e fornecimentos adjudicados, bem como por haver somatórios que não correspondiam ao valor total indicado. -----

Referiu que, sendo certo que o Sr. Presidente assumiu o erro, também assumiu o compromisso de dar os devidos esclarecimentos, ressaltando que, até à data, isso ainda não tinha acontecido. -----

Nessa medida, solicitou esses esclarecimentos ao Sr. Presidente da Câmara, fazendo sobressair que essas diferenças, esses erros, põem em causa a veracidade da informação prestada na Assembleia Municipal. -----

O membro Jorge Silva (PSD), que se havia inscrito para intervir, prescindiu de usar da palavra. -----

Interveio o membro *António Cardoso* (PS) que começou por dizer que se assistiu, na presente sessão, àquilo que é o não levar as coisas com seriedade, referindo que quando se procura gerir um acto público com dignidade, existem pessoas que achincalham. Referiu que considera o exemplo dado por alguns dos membros da Assembleia, de roubar tempo às intervenções dos restantes membros para, depois, prescindirem da palavra, é brincar com coisas sérias, dizendo que queria deixar esse reparo e que esperava que o Sr. Presidente da Assembleia, no futuro, leve em consideração essa situação. -----

O Sr. *Presidente da Assembleia* respondeu ao membro António Cardoso dizendo-lhe que, num parlamento, a palavra é livre e que não é o Presidente quem a pode condicionar. -----

O membro *António Cardoso* prosseguiu a sua intervenção sublinhando que não ficaria de consciência tranquila caso não fizesse o reparo. -----

Seguidamente, agradeceu as comunicações de Boas Festas do Sr. Presidente da Câmara e do Sr. Presidente da Assembleia, desejando um ano cheio de felicidade a todos, bem como agradeceu pelo facto de terem sido disponibilizadas algumas mesas de apoio para os membros da primeira fila do auditório, melhorando, desse modo, as condições de trabalho, salientando contudo que falta, nessas mesmas mesas, a possibilidade de se efectuar a ligação de um equipamento eléctrico. -----

Passando a aludir às questões que tinha a colocar à Câmara, começou por referir-se à ligação do nó da auto-estrada ao IC2 dizendo, a esse respeito, que na última reunião da Assembleia



[Handwritten signature and initials]

Metropolitana do Porto, nos documentos apresentados, constatou que não é referida a ligação do IC2 à A1. -----

Nessa medida, perguntou ao Sr. Presidente da Câmara se esteve, ou não, presente na reunião da Junta Metropolitana do Porto em que a mesma aprovou o Plano de Actividades da Área Metropolitana do Porto, ou se esteve distraído ou, ainda, se se esqueceu do Concelho de Santa Maria da Feira. -----

Referiu que o Plano de Actividades da Área Metropolitana do Porto fala em assegurar a realização da ligação do Município de Arouca a uma auto-estrada através da construção do troço Mansores-A32, uma vez não ser possível, no presente momento, o avanço da ligação a Santa Maria da Feira e que, perante isso, manifestou a sua discordância na Assembleia Metropolitana do Porto. Frisou que os representantes do Concelho de Santa Maria da Feira na Assembleia Metropolitana do Porto sempre defenderam ser mais importante a ligação da A1 ao IC2 do que a ligação da A32 a Mansores, embora continuando solidários com a ligação para Arouca. Pediu, portanto, explicações ao Sr. Presidente da Câmara quanto a esse assunto. - O membro António Cardoso concluiu a sua intervenção aludindo ao novo acordo ortográfico da língua portuguesa, dizendo que a população em geral manifesta muitas dúvidas na aplicação desse novo acordo e que, nessa medida, recomendava que a Câmara promovesse uma ou mais acções de formação sobre essa temática. -----

O membro Jorge Leão (PSD), que se havia inscrito para intervir, prescindiu de usar da palavra. -----

Interveio o membro *Pedro Pinho* (PSD) que começou por dizer que, em nome do grupo municipal do PSD, queria manifestar o regozijo e enorme satisfação pela distinção recentemente atribuída ao Museu do Papel Terras de Santa Maria, eleito o Melhor Museu do País em 2011. Referiu que, dessa forma, valorizou-se um trabalho de preservação de memória e, simultaneamente, um trabalho de investigação da história, da arte de fazer papel em Portugal e, em particular, no Concelho de Santa Maria da Feira. -----

Usou da palavra o membro *Adriano Martins* (PS), que iniciou por dizer que a sua intervenção visava alertar, uma vez mais, para o problema das passagens e dos passeios junto às rotundas



[Handwritten signature]
[Handwritten initials]
[Handwritten mark]

de Arrifana e Fontanheira, bem como na rotunda de saída e entrada na A32, em Pigeiros. Quanto à rotunda da Fontanheira disse julgar ser uma situação de fácil resolução, dizendo tratar-se de um espaço muito curto que está obstruído por um muro, mas que, em relação à rotunda de Pigeiros, julga que será de mais difícil resolução porque obrigará a algum estudo, com vista a encontrar a melhor solução. -----

Referiu que, apesar dessa dificuldade, apelava à Câmara no sentido de ver a possibilidade de criar ali um passeio, salientando que as pessoas que transitam de Milheirós de Poiares para Pigeiros ou vice-versa, têm de passar por cima daquela rotunda, e que isso é muito perigoso. -- Disse, ainda relativamente à rotunda na Fontanheira, junto à Quinta do Seixal, que queria alertar e apelar ao Sr. Presidente no sentido de ver as possibilidades de se fazer uma saída, referindo que o representante da Família Moreira, o Sr. Eng. Tomás, pretende fazer a vedação, que dá o terreno necessário para o efeito, e que tem conhecimento que os responsáveis da A32 dizem que a Câmara tem poderes para fazer essa tal abertura. -----

Questionou se, efectivamente, a Câmara tem esse poder, dizendo que caso o tenha gostaria de ver o empenhamento da Câmara no sentido de ser realizada essa abertura. -----

Usou da palavra o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Escapães, **Gastão Valente** (PSD), que começou por dizer que a freguesia de Escapães é atravessada pelo caminho-de-ferro da Linha do Vale do Vouga, e que a preocupação que manifesta prende-se com o após encerramento dessa Linha. Frisou que Escapães vai lutando por ser uma freguesia limpa e asseada e que é preciso, no caso de se verificar o encerramento da Linha, salvaguardar as limpezas futuras da mesma, após esse encerramento. -----

Concluiu dizendo que pretende que os comboios continuem a circular na Linha do Vale do Vouga mas que a Junta de Freguesia também se preocupa com o cenário do encerramento. ----

As deputadas municipais Maria Marília Brandão, Maria Olinda Coelho, Maria Filomena Ferreira (todas do PSD), e o representante, nesta sessão, do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Arrifana, que se haviam inscrito para intervir, prescindiram de usar da palavra. --

A deputada municipal **Lúcia Gomes** (CDU) pediu a palavra para fazer um ponto de ordem à Mesa, o que lhe foi concedido. -----



[Handwritten signature]
[Handwritten initials]
[Handwritten mark]

Disse que o ponto de ordem prendia-se com a condução dos trabalhos da Assembleia, dizendo que queria deixar registado o seu manifesto desagrado com o que se estava a passar. Lamentou a inscrição de alguns membros que nunca tiveram a intenção de intervir, salientando que esse proceder demonstrou todo o desrespeito e condicionou o tempo de intervenção dos eleitos municipais que se inscreveram para, efectivamente, intervir.-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* respondeu à deputada municipal Lúcia Gomes dizendo que o que a mesma havia proferido não era um ponto de ordem à Mesa mas que, contudo, registava a interpelação feita por aquela deputada municipal. -----

O membro *Rui Tavares* (CDS-PP), a partir do seu lugar, disse que não podia deixar o assunto passar em claro, dizendo ter prescindido de usar da palavra porque, normalmente, cumpre as regras e cumpre o que é definido nas reuniões preparatórias. Frisou que, enquanto prescindiu de usar da palavra, outros deputados municipais abusaram da sua posição, gozaram com toda a Assembleia, fazendo uma triste figura. Salientou que alguns desses deputados municipais nunca abriram a boca na Assembleia Municipal e que, na presente sessão, fizeram uma figura triste adoptando uma política que se escusava de classificar. Disse ser lamentável que essa situação tenha ocorrido, dizendo que tais pessoas não representam os feirenses, que representam zero, e que gostava que estas suas palavras ficassem registadas.-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* referiu que os protestos ficariam registados, passando, em seguida, a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para prestar os esclarecimentos que entendesse convenientes, face às questões colocadas. -----

Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* que começou por aludir à questão colocada pelo membro Victor Neves, sobre a demolição do prédio de Lourosa, para dizer que a Câmara está a tomar as medidas necessárias e achadas convenientes em relação a esse processo. -----
Relativamente à afirmação proferida pelo membro Nuno Serrano de que estão a ser pagas as dívidas, em primeiro lugar, aos grandes fornecedores e depois aos pequenos fornecedores, disse ser uma afirmação completamente errada e que não sabe onde é que o membro Nuno Serrano terá visto essa informação. Referiu, ainda, não ser o momento oportuno nem ter



[Handwritten signature]
[Handwritten initials]
[Handwritten mark]

condições para, naquele momento, prestar as contas dos débitos, dizendo que essas contas serão apresentadas na Assembleia Municipal aquando da apresentação dos documentos de Prestação de Contas de 2011 da Câmara Municipal. -----

A propósito dos terrenos que foram comprados para a chamada rua do PEC, referiu que os terrenos foram comprados, que a rua foi feita segundo o que estava planeado pela Câmara, ressaltando que essa rua será essencial para a ligação ao futuro Eixo das Cortiças. Frisou que essa ligação será feita a seu tempo, quando houver ocasião, principalmente financeira. -----

Quanto à questão a quem é que está licenciado o centro comercial, disse ser a uma firma do Concelho de Santa Maria da Feira, dizendo não perceber qual o interesse do Sr. deputado municipal em saber a quem é que foi licenciado, e que não percebe qual é a diferença que isso traz, em termos de interesse para o Município. -----

Relativamente às questões colocadas sobre a Linha do Vale do Vouga, disse que a Câmara tem uma posição muito clara em relação a esse assunto, salientando que a Câmara tem um protocolo assinado com a REFER e que, quando tomou conhecimento das notícias que davam conta do encerramento da Linha, entrou em contacto com a REFER para perguntar qual o ponto da situação, no que ao protocolo diz respeito. Informou que, mediante isso, a REFER propôs que o protocolo fosse suspenso até que houvesse uma definição do que vai acontecer com a Linha do Vale do Vouga, dizendo considerar essa como sendo uma posição correcta, concordando que não vale a pena, numa situação de indefinição, estar a fazer investimento na Linha. -----

No âmbito do mesmo assunto, prosseguiu dizendo que a posição da Câmara é muito clara e que essa posição foi tomada em conjunto com as Câmaras Municipais que integram a Associação de Municípios das Terras de Santa Maria que têm interesse na Linha do Vale do Vouga, ou seja, S. João da Madeira, Oliveira de Azeméis e Santa Maria da Feira. Fez sobressair que a decisão foi tomada na Área Metropolitana do Porto, numa visita efectuada pelo Sr. Ministro da Economia, acompanhado dos Srs. Secretários de Estado entre os quais o Sr. Secretário de Estado dos Transportes, informando que a Junta da Área Metropolitana do Porto fez uma proposta muito clara, no sentido de ser reaproveitada, de ser requalificada a Linha do Vale do Vouga. -----

Quanto à questão sobre a lei das rendas, colocada pelo membro Nuno Serrano, disse que se fosse ele o Primeiro-Ministro provavelmente fazia as leis diferentes, mas que não se pretenda



pôr a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira a discutir aquilo que é legislado a nível nacional. Referiu não conhecer bem a lei das rendas, não saber se foi encontrado o ponto de equilíbrio entre aqueles que defendem que a razão está do lado dos inquilinos e os que defendem que a razão está do lado dos senhorios, frisando que, naturalmente, não será a Câmara de Santa Maria da Feira quem vai modificar os termos da lei.-----

Relativamente ao tema da reorganização administrativa, sublinhou que o que já disse anteriormente e que vai continuar a dizer é que, formalmente, a Câmara não tem de se pronunciar porque essa não é uma competência da Câmara. Nesse âmbito referiu que, pelo conhecimento que tem, irá sair legislação em breve que mandata as Assembleias de Freguesia e as Assembleias Municipais para tomarem posição sobre essa matéria e, como tal, serão essas a terem de tomar posição.-----

Salientou que, apesar disso, daria a sua opinião, dizendo concordar com a necessidade de se fazer uma reorganização mas que não concordava com a reorganização nos exactos termos em que está proposta. Referiu ser do entendimento que podem acabar algumas Juntas de Freguesia, principalmente das áreas urbanas, mas que se lhe perguntarem se deve acabar uma Junta de Freguesia que tenha 500 ou 600 habitantes, mas que esteja isolada, a 30 ou 40 quilómetros da sede, entende que não deve acabar. Salientou ser essa a sua opinião mas que não é a sua opinião que interessa, fazendo sobressair que quem vai ter de dar opinião são as Assembleias de Freguesia e a Assembleia Municipal.-----

Relativamente à intervenção efectuada pelo membro José Carlos, disse que o mesmo interveio para dar uma explicação e que nada tinha a acrescentar.-----

Sobre a intervenção da deputada municipal Idalina Abreu, disse que o esclarecimento que a Sr.^a deputada disse faltar consta dos documentos distribuídos aos membros da Assembleia para a presente sessão.-----

Relativamente à questão das acções de formação no âmbito do novo acordo ortográfico, colocada pelo membro António Cardoso, disse que essa formação será dada aos funcionários da Câmara que, no seu dia-a-dia, lidam mais directamente com a escrita e têm necessidade de fazer redacção.-----

Sobre a ligação Feira-Arouca, referiu que aquilo que tem sido falado na Área Metropolitana do Porto, e que vem constando nos documentos, tem sido sempre a ligação Feira-Arouca, ou seja, a ligação de Arouca à auto-estrada A1, e que se existe algum documento que não esteja



nesses termos, esse documento lhe passou, efectivamente, despercebido. -----

A esse respeito disse estar absolutamente definido que, no actual Quadro Comunitário de Apoio, não consta a ligação Feira-Arouca e que, perante esse dado, aquilo que se está a tentar conseguir é um compromisso do Sr. Secretário de Estado para garantir que, no próximo Quadro Comunitário de Apoio, essa obra esteja pré-definida para ser apoiada. Ressaltou que, a conseguir-se esse compromisso, ele também valerá o que vale porque não se sabe se, no próximo Quadro Comunitário de Apoio, será o mesmo Secretário de Estado. -----

Informou haver uma intenção que começa a ser discutida, no sentido de serem executados dois pequenos troços, sendo um deles a ligação do nó da A32, no sentido de Arouca, com uma extensão de cerca de 2 a 2,5 quilómetros, bem como fazer a passagem desnivelada, o enterramento da via, em frente aos Passionistas, em Santa Maria da Feira. Salientou que, dadas as dificuldades financeiras, está-se a tentar uma solução que possa ser aceite pelo Governo. -----

Disse ter sido com muita satisfação que ouviu o membro Pedro Pinho falar no Museu do Papel Terras de Santa Maria. -----

Sobre a intervenção do membro Adriano Martins, a respeito de umas passagens junto às rotundas e da abertura de uma rua junto à Quinta do Seixal, disse ter a indicação que, tanto num caso como no outro, foram já enviados os projectos aos responsáveis da A32. -----

O Sr. Presidente da Câmara concluiu a sua intervenção dizendo ser do conhecimento da Câmara que, quanto à situação das rotundas, os projectos já foram enviados, pelos responsáveis da A32, para os projectistas para serem analisados mas que, quanto à situação da abertura da rua, disse que a Câmara não sabe, exactamente, em que ponto está essa situação. --

O membro *Victor Neves* (PS) usou novamente da palavra para dizer, relativamente à questão do prédio de Lourosa, que o Sr. Presidente da Câmara respondeu dizendo o que já tinha dito mais vezes, ou seja, que a Câmara tem vindo a encetar diligências para dar satisfação à sentença do tribunal. Sobre isso, referiu ser certo que o prazo concedido pelo tribunal para ser executada a sentença terminou no dia 2 de Julho passado, pedindo, nessa medida, ao Sr. Presidente da Câmara que, perante a Assembleia, dissesse quais as démarches que a Câmara fez até ao momento para executar a sentença. Concluiu sublinhando que os 36 meses concedidos pelo tribunal terminaram no dia 2 de Julho passado. -----



Interveio a deputada municipal *Idalina Abreu* (PS) que disse ter verificado a informação técnica anexa ao documento sobre a Actividade e Situação Financeira do Município, salientando, contudo, que a informação técnica prestada não está completa. Sublinhou que o problema não estava somente na diferença nos saldos, mas também no somatório dos valores, dizendo que esses somatórios não correspondem ao total apresentado. Frisou, contudo, que o que está em causa é o rigor da informação prestada à Assembleia, fazendo sobressair que a informação deve ser rigorosa. -----

Usou novamente da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* para, relativamente à questão colocada pelo membro Victor Neves, dizer que, numa das últimas reuniões camarárias, a Câmara deliberou quanto aos passos necessários para chegar até à demolição do edifício de Lourosa. Informou que o PSD votou favoravelmente essa deliberação mas que os vereadores socialistas votaram contra, o que o deixou muito admirado, referindo não saber se o Partido Socialista quer que se faça a demolição. Frisou que o que relatou foi o que se passou na reunião de Câmara. -----

Quanto à questão colocada pela deputada municipal Idalina Abreu, disse que a informação técnica que foi distribuída juntamente com a Informação sobre a Actividade e Situação Financeira do Município é clara, ressaltando que, efectivamente, houve uma duplicação de informação e que, perante isso, entendeu-se que o mais transparente e mais claro seria refazer a Informação contendo a listagem de obras e fornecimentos adjudicados pelo Município desde 2 de Janeiro de 2011 até 20 de Dezembro de 2011. Concluiu dizendo que foi dada a informação completa e que considera que mais do que isso não se podia fazer, e que a questão, agora, é saber ler os documentos. -----

Entretanto, saíram os membros Manuel Pinheiro e Manuel Mota Pinho. Entrou a deputada municipal Alexandra Patrícia Alves de Sousa. -----

PERÍODO DA “ORDEM DO DIA” -----

1 – Acta N.º 14 – Sessão Extraordinária de 11 de Novembro de 2011 -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* submeteu a apreciação dos senhores membros a acta supra-identificada que lhes fora previamente enviada, dando nota que não era necessário, na votação



da acta, fazer o apuramento dos sentidos de voto, tal como estipula o Regimento após as últimas alterações introduzidas, dizendo que os membros que se iriam abster o fariam, certamente, pelo facto de não terem estado presentes na sessão a que a acta se refere. -----
Verificando que nenhum membro pretendeu fazer qualquer reparo ao teor da acta, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu-a, em seguida, a votação. -----

E, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 51 votos a favor, 0 votos contra e 8 abstenções, aprovar a Acta n.º 14 – referente à Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de 11 de Novembro de 2011.-----

Reentrou o membro Manuel Mota Pinho-----

2 – Informação sobre a Actividade e Situação Financeira do Município-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em referência, constante do V Relatório de 2011, informação escrita dada pelo Sr. Presidente da Câmara onde se sintetiza a actividade financeira do Município, a sua capacidade de endividamento, bem como a listagem das obras e fornecimentos adjudicados pelo mesmo até ao dia 20 de Dezembro de 2011, documento oportunamente distribuído, por fotocópia, aos membros da Assembleia Municipal – cujo teor se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respectivo livro de actas – submetendo-o, em seguida, a apreciação. -----

Visto que nenhum dos Srs. deputados municipais pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, o Sr. Presidente da Assembleia passou para o ponto seguinte da Ordem do Dia, dado que sobre a mesma não é exigida qualquer votação, tendo a Assembleia tomado conhecimento do assunto.-----

Entrou o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Romariz – Manuel Jacinto da Conceição Moreira.-----

3 – Grandes Opções do Plano e Orçamento Municipal para 2012-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou os documentos em epígrafe, cuja distribuição foi



[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

feita, oportunamente, em formato digital (CD-ROM), aos membros da Assembleia, tendo cada grupo municipal recebido um exemplar dos mesmos, em papel. -----

Em seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia. -----

O *Sr. Presidente da Câmara* explanou o assunto em referência, nos termos constantes da deliberação camarária de 19 de Dezembro de 2011 enviada, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita. -----

Interveio a deputada municipal *Lúcia Gomes* (CDU) que leu documento escrito que deixou à Mesa, cujo teor, seguidamente, se transcreve: -----

“No lixo, procuram-se alimentos. A mãe tem a ajuda da pequena filha. Encontram um rádio e ficam contentes. E quem passa não percebe. Procuravam comida e aquilo, o que elas encontram, não se come. Mas o certo é que, como se levassem um banquete escondido debaixo da roupa, a mãe e a menina fugiram dali, muito rápido”. -----

Este é um texto de um autor português, Gonçalo M. Tavares. Chama-se Lixo. Como alguns têm insistido em chamar ao nosso País. Como alguns dizem que é o que nós, portugueses, somos, porque não nos enquadrámos nas percentagens que esses determinam. -----

E desse “lixo” nasce a austeridade. “Há que continuar a pedir sacrifícios a todos”. Dizia Salazar, repete Passos Coelho. Numa deriva austera de autoritarismo, são cerceadas liberdades, direitos em nome de um pacto que agride todos os portugueses, mas, como sempre, particularmente os mais pobres. Nunca este país viu tantos desempregados. Mais de metade sem subsídio. As crianças perdem o abono de família. Os salários descem e dos direitos pelos quais muitos morreram, morrem agora com a memória de lutas sangrentas. Lutas por 8 horas de trabalho, lutas pela dignidade do ser humano. Tudo isto é a moeda de troca para que PSD e CDS prossigam na senda revanchista de ajustar contas com o passado, com a Constituição e com os trabalhadores. -----

Ainda esta semana foi divulgado um estudo da OCDE que coloca Portugal como campeão das desigualdades sociais, atingindo o maior fosso dos últimos 30 anos: 20% dos cidadãos mais ricos vivem com rendimentos 6 vezes superiores aos rendimentos dos 20% mais pobres. -----

No nosso distrito, as promessas feitas, uma a uma, esboroaram-se e são notícias. A Nissan



[Handwritten signature]
[Handwritten initials]
[Handwritten mark]

afinal não vem para Aveiro. A Linha do Vale do Vouga vai encerrar. A Rohde encerrou e a Comissão Europeia libertou uns tostões para “ajudar” quem dedicou a sua vida, muitos a sua infância àquela fábrica. E a prometida delegação do centro de emprego a inaugurar no mês de Abril que nunca mais chega. Ali jazem os despojos de uma das maiores fábricas de calçado do nosso país, com o seu nome ainda em letras garrafais. -----

Nós, por cá, temos 8880 desempregados registados em Novembro. Elas, mais uma vez e como sempre, são a maioria – 5188 - representando 58,4%. Os problemas sociais aumentam exponencialmente. As poucas fábricas que existem encerram. Enquanto outras são consumidas pelo gigante da cortiça a quem os chamados partidos do arco do poder beijam a mão. Por todo lado temos um cerco de portagens no concelho ao qual os feirenses já não podem pagar, devido à falta de alternativas e necessidade de procurar emprego nos extremos do Distrito. O custo da água sempre a aumentar. Saneamento sempre prometido, sempre adiado. Um executivo que, relembro e sublinho, foi nos últimos anos profundamente crítico dos cortes orçamentais. Mas este ano, com o rabo entre as pernas, apenas se diz “fortemente constrangido”. Constrangido pela submissão aos ditames da troika que rouba salários, pensões, subsídios de férias e de natal, sem vergonha e sem punição. “Ao que tem fome e te rouba o último pedaço de pão, chamas-lhe teu inimigo. Mas não saltas ao pescoço do teu ladrão que nunca teve fome.” -----

Este executivo não é, não pode ser, desresponsabilizado do que se está a passar. Os seus representantes são dirigentes políticos do PSD e não se ouve por aí que discordem destas políticas. -----

Não é tempo de ser brando com quem nos empobrece a cada dia que passa. Não é tempo de dar margem a quem rouba aquilo pelo que se lutou toda uma vida. E se antes este Executivo era profundamente crítico, como o era há um ano, deveria ser coerente, manter e reforçar essa crítica. Mas não pode. Porque é cúmplice. E porque concorda hoje com aquilo que ontem discordava. -----

Na verdade, o panorama dificilmente podia ser pior. Sobretudo porque contrasta, e muito, com as mil promessas da campanha eleitoral. À época não faltavam os slogans, o dinheiro, as primeiras pedras e as palavras incentivadoras ao voto: criação/abertura de novos centros escolares, saneamento básico e ligação à rede de água para todos, defesa do meio ambiente. Cedo se percebeu que a realidade objectiva actual do Município feirense prova à sociedade



[Handwritten signature]
[Handwritten initials]
[Handwritten mark]

que os seus problemas estruturais não só não foram resolvidos nem atenuados neste período, como se agravaram substancialmente. -----

Mas daqui, em relação aos documentos distribuídos, a primeira palavra é de reconhecimento. Reconhecimento do trabalho da Divisão Social. Dos esforços incansáveis de equipas de técnicos que dão o melhor de si. No espaço Trevo, na Alpe, no Centro Local de Apoio à Integração de Imigrantes, no Gabinete de Inserção Profissional (e no compromisso que a Câmara assumiu e batalhou para manter), nas iniciativas de teatro comunitário e político, no Ponto P, no Direitos e Desafios, entre outros. Um olhar atento aos projectos de combate à pobreza nos idosos, à criação da bolsa de arrendamento solidário, do gabinete de apoio ao desemprego involuntário e à implementação dos gabinetes para a igualdade entre mulheres e homens, com a respectiva formação aos vários agentes e educadores, o apoio aos cuidadores. Não pode a CDU ser alheia a estes projectos, ao resultado e acção concreta que tem na vida dos munícipes e que não podemos deixar de enfatizar a sua importância e desejar a sua continuidade e aprofundamento. -----

Mas não podemos esconder que uma gestão coerente, com prioridades assumidas e concretizadas, teria tido hoje resultados diferentes. Diferentes porque em termos de planeamento e ordenamento do território, ano após ano, temos um Plano Director Municipal (o novo nunca mais vê a luz do dia) e o cadastro do parque industrial por actualizar. Não há qualquer apoio à fixação da indústria, aos pequenos e médios empresários e todo o investimento no Município acaba por ser um prejuízo. A redução do IMI, que é dos mais altos dos municípios que nos rodeiam, o abandono da criação de zonas industriais devidamente planeadas, o abandono no investimento nos transportes e mobilidade dentro do concelho e para fora dele. Tudo resultado de prioridades erradas e de um esbanjar de décadas em propaganda, pão e circo que nos trouxeram até aqui. -----

Não podemos deixar de concordar com reparos e propostas feitas por vereadores do PS na discussão deste Orçamento – a centralização do atendimento ao munícipe é fundamental e pouparia, certamente, recursos à autarquia e aos cidadãos. Não podemos deixar de afirmar a inexistência de políticas de Juventude, alerta que temos vindo a deixar há anos nesta Assembleia a que o PS se junta – o desemprego entre os jovens ultrapassa os 20%. As jovens mulheres são as mais atingidas. Perante isto não existe qualquer estratégia da Câmara para fixar a população jovem no concelho – não há políticas de habitação, de emprego, de



[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

associativismo, políticas juvenis transversais que invistam nas novas gerações. É verdade que já mandaram os jovens emigrar. Não só o PSD e o CDS não nos querem no concelho, como não nos querem no país. Este país, não é para velhos, não é para jovens, não é para professores. Qualquer dia, não é para ninguém.-----

Não podemos deixar de reafirmar o que há muito a CDU tem vindo a defender: a reabilitação e investimento no Mercado Municipal e nas feiras, com condições para os feirantes (nomeadamente a feira dos 20) e com espaços condignos. É bem verdade que para muitos, será o único sítio onde poderão adquirir os bens essenciais.-----

E não podemos deixar de denunciar o desrespeito pelas decisões democraticamente tomadas nesta assembleia: não foi criada a comissão de acompanhamento do aterro. Em relação às pedreiras, só a condenação da Comissão Europeia em virtude de uma queixa da CDU fez avançar a criação de uma comissão de acompanhamento. Alertámos para a reorganização administrativa e para a ausência de debate, assunto que para o Executivo não era prioritário mas que atabalhoadamente vem agora o PSD querer fingir que democratiza o processo, que há muito já está decidido nos gabinetes ministeriais.-----

Os nossos rios continuam sem qualquer intervenção despoluidora, constituindo-se o Uíma, o Inha, o Riomaior, a Lage e o Caster como sendo verdadeiros pontos negros ambientais. A total falta de políticas promotoras de melhor ambiente teve o seu auge num retrocesso civilizacional que foi a diminuição da frequência da recolha do lixo, facto que provocou o aumento de lixeiras a céu aberto nas diversas freguesias, para o qual a Câmara não encontra solução há quatro anos, mesmo quando os sacos do lixo invadem os passeios, sem incentivo à separação e recolha diferenciada dos lixos, como foi já denunciado e comprovado pela CDU em visita a vários locais do concelho.-----

O Saneamento. Tão falado, tão prometido, tão adiado. As Etar que serão sempre para o ano. A conclusão que há anos ouvimos. É para o ano. Recordo-me da primeira intervenção feita por mim nesta Assembleia sobre o Orçamento, nos idos de 2005 em que afirmei que o saneamento estava para a Feira, como o campeonato para o Sporting. Nem o Sporting ganhou, nem o saneamento está concluído. E, entretanto, faz-se tábua rasa de decisões de Tribunais (a que já nos habituou este executivo a achar que o poder judicial não deve ser respeitado) e recomendações da ERSAR. Sr. Presidente – se o tribunal e a ERSAR dizem que a ligação aos ramais não deve ser suportada pelos cidadãos quem é o Sr. Presidente para decidir que são os



[Handwritten signature and initials]

cidadãos que vão pagar através do aumento dos preços? Que democracia é esta?-----

A água está mais cara, os transportes estão mais caros, a rede de transportes é altamente deficitária nos percursos e horários, as acessibilidades para cidadãos com mobilidade reduzida permanecem inexistentes, a rede rodoviária está obsoleta e perigosa, as escolas em condições precárias com contentores permanentes, continuamos com centros escolares e jardins-de-infância, como o de Fornos, onde ainda se mantêm coberturas em amianto, permanecemos numa terra que se deixa ficar para trás.-----

A crise, madrastra, tem responsáveis: PS, PSD e CDS, com as suas sucessivas políticas de destruição do Estado Social e do Estado de Direito Democrático.-----

Mas o povo não vai capitular. Não aceitamos estas políticas. As manifestações sucedem-se, a Greve Geral de 24 de Novembro foi significativa em muitos sectores no nosso concelho. Os senhores não podem continuar a fazer com que o povo, principalmente o mais necessitado, continue a pagar pelos vossos erros. Assumam aquilo que é da vossa responsabilidade, o que prometeram a quem acreditou nas vossas promessas, e reponham o respeito que se vai perdendo pela classe política, porque são estes os parcos exemplos que se vão tendo: promessas e slogans, num dia-a-dia que só piora para quem já muito sofre.-----

Se Santa Maria da Feira é uma centralidade, o executivo que a transforme na sua prioridade. Para a servir. E não para se servir dela.”-----

Interveio o membro *Nuno Serrano* (BE) que começou por dizer que queria dar nota de dois pontos prévios, o primeiro para dizer que lamentava o procedimento tido pela bancada do PSD no Período de Antes da Ordem do Dia. Disse não ter ficado surpreendido, ressaltando que a bancada do PSD segue o proceder da Câmara Municipal e do partido que está no poder. Referiu que, em segundo lugar, a intervenção que iria fazer parte do princípio que as Grandes Opções do Plano que foram entregues a todos os deputados municipais são, efectivamente, a última versão do documento e que não contém gralhas.-----

Salientou, em seguida, que a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, na preparação das Grandes Opções do Plano e do Orçamento, viola descaradamente o estatuto do direito da oposição, nomeadamente a Lei n.º 24/98, no seu artigo 5.º, ao não ter solicitado aos partidos com representação na Assembleia Municipal que apresentassem as suas propostas.-----

Frisou que esse proceder diz bem o respeito que o Executivo PSD tem pela democracia local,



dizendo que não bastava o governo PSD/CDS-PP tudo tentar para reduzir a democracia local aos tecnocratas e boys dos aparelhos partidários, por intermédio da proposta da reforma da administração local.-----

Disse registar a cumplicidade do Executivo liderado pelo Presidente Alfredo Henriques de seguir o comportamento do actual Governo, da mesma cor partidária, sublinhando que os projectos apresentados pela Câmara para o Município de Santa Maria da Feira, à imagem do que faz o Governo para o País, são no sentido de empobrecer o Concelho, ressaltando que isso é feito sem qualquer tipo de repúdio.-----

Sobre a afirmação de que o Orçamento apresentado é um orçamento de constrangimento, disse que o certo é que o dinheiro existe, tal como existe no País, mas que é preciso ter vontade política para tirar o dinheiro a quem o tem. Falou na nova lei dos despedimentos, na diminuição das indemnizações aos trabalhadores em caso de despedimento, na criminalização da greve geral, na alteração de um número de leis para que o trabalho seja precário, fazendo sobressair que, qualquer dia, o trabalhador tem de pagar para poder trabalhar. -----

Frisou que existe dinheiro para alguns, que ao sector da Banca sai repetidamente o euromilhões e o jackpot, salientando que, por exemplo, o buraco do BPN é muito superior aos buracos das empresas de transportes públicos, que são tão criticadas.-----

Quanto a dizer-se que é preciso o salário ser mais baixo para que Portugal tenha competitividade, disse bastar olhar para o que se passa na orla do Governo e para os tachos para os boys partidários, dando como exemplo o verificado na Segurança Social de Aveiro. Salientou que o actual Presidente da Câmara Municipal da Murtosa, do PSD, foi contemplado para ser Director da Segurança Social de Aveiro frisando que, para isso, vai ser despedida uma dirigente do PS, cuja comissão de serviço só acabaria em 2013. Frisou que essa dirigente vai receber de bónus, no mínimo, 60 mil euros, sublinhando que existem bónus para todos os amigos do poder, que existem perdões fiscais para quem promove a fuga ilegal de capitais para o estrangeiro mas que, por outro lado, aumentam-se os impostos a todos os cidadãos, aumenta-se o IVA, de modo descarado, na conta da electricidade.-----

Referiu que, se se pretende obter dinheiro, então que se tributem os lucros das SGPS, dizendo ser sabido por todos que o Grupo Amorim, o Grupo Sonae, o Grupo Jerónimo Martins, não pagam um euro em imposto porque têm os seus grupos sedeados em paraísos fiscais, nomeadamente na Holanda, através das suas SGPS. Frisou que, contudo, continuam a ser-lhes



[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

atribuídos subsídios para criar emprego, quando fogem ao pagamento dos impostos. -----
Prosseguiu a sua intervenção dizendo que uma das razões porque fala da lei das rendas tem a ver com o que tem vindo a público, de que a Câmara despeja em detrimento de um plano de investimento na requalificação urbana, podendo criar postos de trabalho local e diminuir a asfixia da prestação ao banco para habitação das famílias feirenses, ressaltando que, no entanto, isso iria contra os interesses da especulação imobiliária e contra os interesses da banca. -----

Salientou que no Orçamento para 2011, nas Receitas, em Outros, na rubrica 07.03, tinha um valor de 2 milhões e 728 mil euros e 612 euros que, no Orçamento para 2012, deixou de existir, mas que a rubrica 07.03.01, Receitas\Rendas\Habitação dobra o valor de 2011. Sobre isso, disse não compreender que, num contexto de tão grave crise económica, essas receitas venham a ter esse aumento, dizendo não crer que esse aumento seja por culpa de aumento da eficácia da boa cobrança. -----

Referiu que as Grandes Opções do Plano para 2012 são uma cópia quase fiel das Grandes Opções dos anos anteriores, que a única coisa que muda são as datas e que, portanto, é mais do mesmo, dizendo que o Concelho de Santa Maria da Feira está parado no tempo, sem projectos de futuro. Frisou que, no que respeita ao desenvolvimento económico do Concelho, as grandes opções têm sido sempre o Parque Empresarial da Cortiça (PEC) e o Parque Empresarial de Recuperação de Materiais (PERM), bem como o também famoso projecto âncora que é o Europarque. Sobre o Europarque, disse que o Bloco de Esquerda concorda com as palavras expressas pelo vereador José Manuel Oliveira em reunião de Câmara, quando disse que a Câmara não deve atender aos humores da Associação Empresarial de Portugal (AEP) para a zona envolvente do Europarque. Ainda a esse respeito, lamentou que os sucessivos executivos camarários não tenham, ainda, delineado um plano para aquela zona, denotando falta de estratégia. -----

Sobre o PERM referiu que será uma parceria público-privada a defender os interesses públicos dos feirenses, e que as empresas de recuperação de materiais são uma minoria pelo que esse parque empresarial vem fora de tempo. -----

Relativamente ao Plano de Apoio ao Associativismo Concelhio (PAAC) da Cultura disse ser mais do mesmo e que continua a faltar transparência na relação entre a Câmara e as associações. -----



[Handwritten signature]
9.
C

Salientou ainda que, a determinada altura se lê nos documentos, quanto ao Centro de Informação Autárquico ao Consumidor, que se prevê a publicação de textos informativos, mensalmente, no jornal "Terras da Feira", que abordarão temas da defesa do consumidor. Nesse âmbito, questionou se a partir de 1 de Janeiro de 2012 os outros órgãos de comunicação social concelhios deixarão de existir, dizendo ser estranho que o jornal "Terras da Feira" seja a única opção para divulgar essa informação. -----

Referiu ser ainda mais estranho que, na parte do Planeamento e Urbanismo, se leia que se prevê fazer o acompanhamento na definição do desenho urbano e plano de recuperação do Quarteirão da Pedreira e Cineteatro António Lamoso. Questionou se, então, já não se vai fazer a construção da Caixa das Artes, ressaltando que era suposto existir um plano antes de se autorizar as construções mas que, para a Câmara, o normal procedimento é deixar-se construir e depois arranjar maneira de resolver o problema. -----

Sobre a afirmação do Sr. Presidente da Câmara de que há um corte de cerca de 20 milhões de euros no Orçamento para 2012 relativamente ao do ano transacto, referiu que apraz ao Bloco de Esquerda que, cada vez mais, o Orçamento se aproxime da realidade, das receitas arrecadadas e que se acabe com o empolamento na Venda de Bens de Investimento, salientando que esse sempre foi um expediente para que o resultado, entre a Receita e a Despesa, desse zero. -----

Referiu que os cortes, no Orçamento propriamente dito da Câmara, são incomparavelmente inferiores aos cortes feitos nas transferências das verbas para as Juntas de Freguesia. A esse propósito disse considerar que, no mínimo, os cortes deveriam ser iguais ou, até, que as verbas para as Juntas de Freguesia deveriam aumentar, tendo em conta o défice que existe da transferência de verbas para as Juntas de Freguesia. Frisou que, em 2012, a Câmara deveria fazer um esforço para repor a normalidade, se é que alguma vez foi norma da Câmara pagar a tempo e horas às Juntas de Freguesia. -----

Em relação à questão das acessibilidades para todos disse ser, também, mais do mesmo, referindo que um exemplo claro do desperdício prende-se com o que se passou nas obras junto ao hospital S. Sebastião, frisando que as acessibilidades estão claramente desfasadas das recomendações rodoviárias. -----

O membro Nuno Serrano prosseguiu a sua intervenção dizendo que nada foi feito acerca do levantamento da actividade cultural e associativa do Concelho, nem o levantamento das



[Handwritten signature]
[Handwritten initials]
[Handwritten mark]

infra-estruturas existentes. Referiu que esse levantamento até foi financiado pela Câmara, que isso consta nas Grandes Opções do Plano desde o ano 2009, mas que a Câmara não sabe o que licenciou porque senão não precisava desse levantamento. -----

No que à Acção Social diz respeito, disse que o Bloco de Esquerda sempre reconheceu que a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, comparada com outras, tem feito um esforço muito superior, mesmo relativamente às câmaras que, no distrito de Aveiro, são do partido socialista. Referiu, contudo, que a visão da Câmara de Santa Maria da Feira continua a enfermar, talvez influenciada pelo governo do PSD, da sua responsabilização, ressaltando ainda que usar termos como “mercado solidário” não faz qualquer tipo de sentido, em Acção Social. -----

Sobre a criação de equipas multidisciplinares para fazer o acompanhamento da população escolar, disse que essa tinha sido uma proposta do Bloco de Esquerda, que o Bloco de Esquerda entende tratar-se de uma evolução muito positiva, mas que considera que esse acompanhamento deve ser estendido à população idosa, ressaltando que os idosos são quem mais sofrem com a grave crise que se atravessa e que se prevê que vá, ainda, piorar. Salientou, contudo, que a Câmara ao ir atrás do que diz o governo está a desresponsabilizar-se uma vez que as equipas pluridisciplinares vão ser criadas em parcerias com entidades privadas, sublinhando que isso não faz qualquer sentido. -----

Quanto à rede de transportes, disse considerar que não vale a pena falar sobre esse assunto, ressaltando que quem faz do transporte público o seu meio de locomoção, no Concelho de Santa Maria da Feira, sabe que nada foi feito. Disse, no entanto, registar uma informação que consta dos documentos apresentados, no sentido de que seja publicada, no sítio da Câmara na Internet, informação relativa ao alargamento da rede de transportes, dizendo esperar que isso se concretize. -----

Salientou, ainda, que se existisse uma rede de transportes, num plano concreto, no Concelho de Santa Maria da Feira, a Linha do Vale do Vouga teria, de certeza absoluta, muitos mais passageiros porque teria de existir uma integração dos meios de transporte. Frisou que a Câmara, ao longo de décadas, não teve, no seu planeamento, a visão de criar pequenas zonas industriais junto da Linha do Vale do Vouga. -----

Referiu que, ao nível do investimento, a taxa de desemprego entre os jovens é cada vez mais elevada e que nas Grandes Opções do Plano para 2012 nada se põe para criar oportunidades,



[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

bem como para fixar os jovens feirenses na sua terra. Saliu que esse proceder vai ao encontro da política praticada pelo actual governo, sublinhando que o mesmo defende que a solução para o desemprego é emigrar em busca de trabalho.-----

Na área das Finanças, frisou que a Assembleia Municipal aprovou, recentemente, que o Orçamento para 2013 seja elaborado com base no Orçamento de Base Zero e que, em 2012, fossem já dados passos no sentido de que, em 2013, o Orçamento possa ser elaborado desse modo. Sublinhou que, no Orçamento apresentado para 2012, nada é mencionado a esse respeito e que, por aí, se vê o respeito com que o Executivo PSD da Câmara encara a Assembleia Municipal. Ressaltou ainda que, uma vez que a bancada do PSD votou favoravelmente essa proposta do Bloco de Esquerda, era de esperar que a mesma se indignasse perante tal atitude do Executivo que apoia.-----

Fez sobressair que deviam existir contratos-programa com as associações culturais e desportivas, de modo a haver uma relação de transparência, salientando que o acordo é entre as partes, as associações e a Câmara, e que a Câmara tem que cumprir o estipulado e não pretender, a meio do período, reduzir as verbas acordadas. Referiu que, de uma vez por todas, é preciso promover a transparência, ressaltando que um dos modos de o fazer é por publicar essas informações no portal da Câmara na Internet, publicando os contratos que são aprovados e o estado de execução dos mesmos.-----

O membro Nuno Serrano concluiu a sua intervenção dizendo que queria deixar uma pequena nota, referindo estar orçamentado cerca de 41 mil euros para a manutenção do portal da Câmara na Internet, sublinhando que com 41 mil euros podia-se fazer muito mais nesse meio privilegiado de passar informação. -----

Interveio o membro *Rui Tavares* (CDS-PP), que começou por dar os parabéns ao Sr. Presidente da Câmara pelos esclarecimentos que deu no Período de Antes da Ordem do Dia, referindo que o fez de forma sucinta e eficaz, e que eram escusadas as manobras dilatórias feitas pela bancada do PSD porque o Sr. Presidente da Câmara dá bem conta do recado.-----

Relativamente aos documentos em apreciação, disse ter ouvido um analista económico a registar uma previsão menos pessimista, para o próximo ano, do que aquelas que têm sido feitas, baseando-se na recente valorização do euro, na aposta da China em Portugal, e na mudança da política monetária do Banco Central Europeu. Frisou que o actual enquadramento



[Handwritten initials]
[Handwritten number 9]
[Handwritten mark]

económico sugere cautelas redobradas mas que, no entanto, são dispensáveis manobras de marketing que nada têm a ver com a realidade, sublinhando que o pomposo corte de 20 milhões no Orçamento é mesmo só para jornal escrever e para Presidente da Câmara anunciar. Referiu que o Orçamento municipal tem rondado os 120 milhões de euros mas que a sua taxa de execução ronda os 50%, ou seja, que na realidade o Orçamento é de 60 milhões de euros. Salientou que a Câmara podia ter cortado, em vez dos 20 milhões de euros, 40 ou 60 milhões de euros que ia bater ao mesmo, considerando, contudo, que era importante isso acontecer porque iria aproximar o Orçamento à realidade do Concelho de Santa Maria da Feira.-----

Disse lhe parecer que a redução do Orçamento em 20 milhões de euros foi cosmética em ano de crise, só para se dizer que a Câmara é solidária com a crise e com o resto do País.-----

Referiu, quanto à receita do IMI, que a Câmara arrecadou, em 2010, 12 milhões e 335 mil euros, que em 2011 já arrecadou 12 milhões e 919 mil euros e que, para 2012, prevê-se que a receita em 2012 seja muito próxima da arrecadada em 2010, questionando qual a razão para a Câmara prever que vai arrecadar menos receita no IMI.-----

Disse não entender essa previsão até porque está em andamento uma reavaliação dos imóveis e o fim de algumas isenções, dizendo que, a ser verdade essa previsão da Câmara, o Governo PSD/CDS-PP não se tem explicado bem aos portugueses, e terá de explicar que os portugueses vão pagar menos. Frisou que a verba arrecadada pela Câmara em impostos directos aumentou, de 2010 para 2011, em cerca de 1 milhão de euros, mesmo ainda não tendo terminado o ano de 2011.-----

Questionou o porquê da diferença nas taxas do saneamento e dos resíduos sólidos urbanos, dizendo estar programada uma receita de 300 mil euros nas taxas referentes ao saneamento e mais de 1 milhão de euros nas referentes aos resíduos sólidos urbanos, referindo não lhe parecer razoável tal diferença.-----

Lembrou que, no ano passado, pediu esclarecimentos sobre a duplicação de verbas entre as transferências para a Feira Viva, em alguns eventos culturais, e que a Câmara lhe respondeu que tal contabilização era correcta, que era contabilizado no Orçamento da Câmara e que era contabilizado no Orçamento da Feira Viva. Nesse âmbito disse que, o Orçamento em discussão, para o ano de 2012, veio-lhe dar razão, fazendo sobressair que desapareceu do Orçamento as verbas referentes aos eventos culturais que estão na esfera da Feira Viva, aparecendo a transferência, no seu valor total, para a Feira Viva. Referiu que teria ficado bem



[Handwritten signature]
g.
c.

à Câmara ter assumido o erro.-----

Salientou ser fácil de perceber que, numa entidade que prevê gastar 101 milhões de euros em 2012 mas que, na realidade, não consegue arrecadar mais do que 60 milhões de euros de receita, terá de acontecer uma de duas coisas, ou seja, ou criar mais dívida aumentando, desse modo, o problema do País e da Câmara, ou não levar por diante uma série de rubricas. Sublinhou que resta, então, tentar descobrir quais são as rubricas que não vão passar do papel. Frisou ter chegado a altura de não continuar a pactuar com uma espécie de mentira que é o Orçamento apresentado, ressaltando que o objectivo é o cumprimento do preceito legal de ter um orçamento aprovado em Assembleia Municipal. Fez sobressair que navegar à vista continua a ser, no seu entendimento, o mudus operandi do Executivo, considerando que o mesmo, cada vez mais, não tem uma linha, um objectivo, perfeitamente definido.-----

Referiu que, por falar em preceitos legais a cumprir, gostaria de lembrar a Assembleia Municipal de que a Câmara Municipal remeteu, às estruturas concelhias, a proposta do Plano e Orçamento no dia 12 do corrente mês, lamentando que não tenha pedido opinião aos partidos sobre a construção do Plano e do Orçamento Municipal para 2012.-----

Prosseguiu aludindo a uma outra questão que disse estar directamente relacionada e que se prende com os orçamentos das Juntas de Freguesia. Referiu que a Câmara insiste no sentido de que esta sessão da Assembleia Municipal, em que é submetida a apreciação as Grandes Opções do Plano e o Orçamento Municipal, se realize num dos últimos dias do mês de Dezembro, não percebendo o porquê disso acontecer. Ressaltou que esse facto obriga a que as Juntas de Freguesia preparem os seus orçamentos sem sequer saberem quais os valores que vão ser transferidos da Câmara, nem as obras que vão ser comparticipadas, entre outras coisas. Disse ser certo que, também, para muitas Juntas de Freguesia, fazer o orçamento é somente o cumprir uma obrigação legal porque é algo que tem de ser aprovado pela Assembleia de Freguesia e que, por isso, não interessa os números que constam nos documentos.-----

Frisou que gostava ainda de ouvir, por parte do Sr. Presidente da Câmara, qual a nova previsão para a conclusão da rede de saneamento.-----

Referiu, em seguida, que ao examinar o mapa de análise da variação da Despesa Corrente e de Capital prevista para 2012 face ao ano de 2011, por Classificação Orgânica, constatou que desapareceram as verbas para o Departamento Administrativo de Apoio ao Urbanismo, bem



[Handwritten signature]
[Handwritten initials]
[Handwritten mark]

como as verbas para o Departamento do Planeamento, e que também houve corte total nas verbas para a Comunicação, Relações Públicas e Internacionais. Questionou se isso se deveu ao facto desses departamentos terem sido fundidos com outros.-----

Frisou ser de ressaltar que, na Acção Social, a diminuição é de apenas 6,82% e que, em termos totais, não é significativa, fazendo sobressair que a diferença é na ordem dos 300 mil euros, num total de cerca de 6 milhões de euros.-----

Relativamente aos Centros Escolares disse que, depois de observar o Plano Plurianual de Investimento, detectou existirem verbas planeadas para o Centro Escolar de Canedo, bem como para outros, como os Centros Escolares de S. João de Ver, de Santa Maria da Feira, de Nogueira da Regedoura, de Espargo, com uma verba cabimentada de 2 milhões e 800 mil euros mas que, contudo, para o Centro Escolar de Arrifana aparece uma verba de mil euros. Disse saber que a Câmara prevê que o Centro Escolar de Arrifana venha a ser participado mas que julga que os mil euros previstos não sejam suficientes para complementar a participação que, eventualmente, será aprovada para aquele Centro Escolar. Disse não saber se foi esquecimento por parte da Câmara ou se, mais uma vez, Arrifana vai ficar “a ver navios”, no que ao Centro Escolar diz respeito.-----

Ainda a respeito do Plano Plurianual de Investimentos, disse estarem consagradas verbas para a construção de quatro reservatórios de água, questionando se a construção desses reservatórios não é da competência da Indaqua Feira.-----

Saudou o facto de se manter o investimento relativo à requalificação do Corredor Ecológico do Rio Uima, com uma verba de 770 mil euros, dizendo esperar que essa requalificação se concretize.-----

Disse, em seguida, estar prevista uma verba de 1 milhão e 654 mil euros para pagar à SIMRIA, relativo ao tratamento de águas residuais, referindo que as águas residuais que irão para as estações de tratamento da SIMRIA são, grande parte delas, provenientes de ramais que ainda estão em construção. Questionou se esse valor já tem em consideração, para além dos ramais que já se encontram em funcionamento, alguns daqueles que ainda se encontram em construção.-----

Relativamente ao Plano de Apoio ao Associativismo Concelhio, disse que a Câmara assume, para 2012, uma verba de 10 euros, e que pretende reiniciar o financiamento em 2013, com uma verba de 100 mil euros. Solicitou ao Sr. Presidente da Câmara que confirmasse essa



[Handwritten signature]
[Handwritten mark]

situação. -----
Quanto às transferências para as Juntas de Freguesia, disse que se retorna ao problema de todos os anos, ou seja, que se atribui uma verba para 2012 mas, depois, diz-se que se vai pagar em 2013. Salientou que isso não faz sentido e que a Câmara podia, de uma vez por todas, acabar com essa situação. Questionou qual a razão da Câmara não assumir que só vai atribuir o valor que, de facto, irá pagar em 2012, assumindo haver uma diminuição na verba a transferir para as Juntas de Freguesia. Concluiu dizendo que se a Câmara assumisse isso, pelo menos as Juntas de Freguesia ficariam a saber com o que, em cada ano, podiam contar, ressaltando que, para além disso, acabava-se com mais uma falsidade que o Orçamento acarreta. -----

Interveio o membro *António Cardoso* (PS), que começou por dizer que também queria fazer um comentário ao ocorrido no Período de Antes da Ordem do Dia, aquando das inscrições para intervir. Salientou que, qualquer dia, aparece uma proposta no sentido de passar o tempo de duração desse Período de uma hora para quinze minutos, ressaltando que, dessa forma democrática, silencia-se a oposição para que não sejam ditas algumas verdades que incomodam a maioria. -----

Seguidamente, referindo-se às Grandes Opções do Plano e ao Orçamento Municipal para 2012, efectuou a sua intervenção baseando-se no documento escrito que deixou à Mesa, cujo teor, seguidamente, se transcreve: -----

“Antes de mais, a bancada do PS na Assembleia Municipal quer adiantar que apreciou cuidadosamente o Orçamento e as GOP, sem qualquer preconceito ideológico, partidário ou de outra natureza. Fê-lo com a convicção que também podia ser o Orçamento do PS se no mesmo se pudesse rever. O PS sempre se pautou por fazer críticas construtivas justificando de forma consistente as suas divergências. Provas dessa postura, foram as firmes defesas que os Vereadores do PS fizeram na Câmara e vai ser feito nesta Assembleia. -----

Passando a expor a Câmara PSD: Orçamentos empolados por receitas existentes só no papel, incapacidade de contenção de despesas, dívida incontrolada, investimentos questionáveis, e ausência de medidas de desenvolvimento económico. -----

A apreciação e discussão das Grandes Opções do Plano (GOP) e o Orçamento de 2012, aprovadas na Câmara pela maioria PSD, levam os socialistas a tecer duras críticas aos seus



[Handwritten signature]
[Handwritten initials]
[Handwritten mark]

responsáveis que estão no poder há décadas e apresentam um concelho sem rumo, onde é cada vez mais difícil viver no concelho de Santa Maria da Feira. Os custos de vida subiram vertiginosamente devido às más políticas que estão a ser seguidas. Mais elevados da região. “A realidade da vida dos cidadãos não é a realidade de planos, é a realidade concreta sofrida pelos feirenses no seu dia-a-dia. Os feirenses querem menos palavras e mais acção”. O PS tem vindo a alertar a Câmara para o seu péssimo desempenho. A Câmara não é solidária com os feirenses. E quando as pessoas esperavam que fosse anunciado a extinção dos custos com ramais de ligação de água e saneamento, redução dos custos das taxas e licenças e impostos municipais, a Câmara cobra o máximo que a Lei permite. Em momento de crise e de austeridade a Câmara não dá sinais de apoio às populações. -----

As pessoas não vivem de intenções, a Câmara “tem perdido oportunidades, deixou de se afirmar e revela incapacidade de atrair novos investimentos”. Tem tido um desempenho desastroso nas contas públicas. -----

Na situação presente, conscientes da austeridade que o país vive, o PS aponta três “grandes falhas” na gestão municipal: a iminente falência das contas públicas, incapacidade no desenvolvimento económico no concelho e investimentos questionáveis. -----

Quanto à 1.^a exige-se um urgente saneamento das contas públicas: Melhorar os prazos de pagamento a empreiteiros e associações – dar saúde financeira ao Município, para dar credibilidade e competitividade nos encargos que assume. -----

Quanto à 2.^a – Incapacidade de desenvolvimento económico: -----

Há uma notória falta de dinamismo económico. Daí os sinais preocupantes do crescente desemprego no nosso concelho. Só falta aconselhar as pessoas a emigrar. Desesperadamente tem sido esse o caminho seguido por milhares de feirense que não conseguem emprego nas suas terras devido à incompetência das políticas de emprego seguidas neste concelho e país. A nossa Câmara desistiu, está vencida pela inevitabilidade, cansaço e apatia. São precisas novas políticas e novos protagonistas. -----

Existem medidas simples de micro economias geradas nas freguesias com a realização de pequenos serviços de obras de segurança, de manutenção, etc., mas cortando verbas às Juntas de Freguesia estão a cortar incentivos a essas pequenas economias. Mas o que sucede é que as verbas a transferir para as Juntas de Freguesia são reduzidas de 25 a 30%, enquanto que a Câmara sofre uma quebra de 16%. Onde está a racionalidade deste corte!... -----



[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

Não é com o acenar das bandeiras eleitorais dos Elefantes brancos na atração de investimentos, Marva, o golf, as indústrias renováveis, a indústria cinematográfica, os clusters criativos e outras fantochadas para enganar o Zé-povinho que se resolve o crescimento económico. É com incentivos aos investidores em facilidades na aquisição de terrenos para construir fábricas, diminuição e isenção de taxas, licenças, custos com ligação de ramais de água e esgotos, é baixar os preços da água, é baixar os impostos municipais. O Gabinete de Apoio ao Empresário tem que ter mais poder. Promover as nossas zonas e parques industriais, etc.-----

Resumindo, não se dão estes incentivos mas depois vamos desembolsar verbas em apoios sociais evitáveis aos desempregados.-----

Outro elemento de atraso no crescimento económico é o estranho adiamento sucessivo da revisão do PDM. As respostas que a revisão iria dar, mais e melhores oportunidades de desenvolvimento económico do concelho e eliminavam as gravíssimas injustiças que são cometidas com a especulação imobiliária.-----

A falta de Planos de Pormenor é preocupante em termos da qualidade urbanística do concelho. Nada se planeia... seja tudo como Deus quiser. É vergonhoso que num concelho da nossa dimensão ninguém se preocupe com os planos de pormenor. Há quem ganhe com esta desorganização – os Xicos-Espertos que enriquecem à custa da anarquia urbanística do nosso concelho com a especulação imobiliária. Veja-se o que está a acontecer em Lourosa. Mas há dezenas de casos imorais desta natureza.-----

Quanto à 3.^a – Investimentos questionáveis:-----

Aqui, a Câmara devia seleccionar o relevante e pôr de lado o que for menos relevante.-----

Seriam bastantes os exemplos a citar. Destacamos a forma errada que estão a dar ao PERM.---

O abandono do PEC. Não era considerado uma estratégia do concelho pois as receitas das vendas dos lotes industriais cobriam a parte investida pela Câmara. Quando é que a Câmara cria condições para alojar as indústrias da cortiça instaladas nos centros das freguesias corticeiras. Quando é que se requalifica o Centro de S. Maria de Lamas?-----

Falta de investimentos na recuperação do Parque da Habitação Social para não falar do abandono dos mediáticos Parques Municipais!...-----

Centros Escolares – A implementação da Carta Educativa não avançou com a melhoria do parque escolar como era previsto, porque a maioria PSD “tomou as opções erradas e já não



vai recuperar o tempo perdido para dar escolas condignas". As opções tomadas deixam muito a desejar. Veja-se o caso do Centro Escolar de Arrifana deixado para melhor oportunidade. Apoios à construção de Equipamentos.-----

Os apoios ao Associativismo – Falta de critérios nos apoios – Não são explicitados. São apoios avulsos.-----

Falta um Plano de Emergência Social com verbas próprias, medidas de acção e resposta imediata a famílias carenciadas. Não é com indigências e caridadezinhas, o que as famílias precisam é de programas de apoio com IPSS, Juntas de Freguesia, Associação de moradores, Comissões da Igreja, etc.-----

– Melhores orientações políticas nos investimentos na Feira Viva. Rever o seu modelo de intervenção, com melhor avaliação dos eventos e o seu despesismo, possível corte de gorduras, mais criatividade, etc. Claro que temos muitas dúvidas em precisar os investimentos porque não nos deixam conhecer o seu funcionamento, pois esta Assembleia com a maioria PSD negou a constituição de uma comissão para acompanhar o funcionamento da Feira Viva! Com essa obstrução não estão criadas condições de apresentar propostas de melhoria mas as críticas do despesismo feitas no passado e postas em causa pelo PSD, hoje vemos que tínhamos razão. São muitas centenas de milhares de euros reduzidas cada ano que passa.-----

Outras fraquezas deste orçamento:-----

1 – Este Orçamento não é feito para as pessoas senão eliminavam os custos com as ligações da água e do saneamento que são milhares de euros que roubam aos feirense em tempos de crise!... e implementavam as tarifas sociais.-----

2 – O meio ambiente posto à venda. A permissividade que querem dar ao PERM com instalação de indústrias poluidoras, já que para as outras as zonas industriais estão às moscas ou a Câmara desiste de as levar para a frente. Quando aplaudimos a aprovação com a recuperação das pedreiras em Lourosa, por sinal apoiada pelo governo anterior, mas em sentido contrário vende o nosso ambiente com a criação de uma zona industrial para indústrias poluidoras e esquece-se de retirar o amianto nas coberturas dos edificios escolares. -

3 – Falta de uma ligação segura da cidade (Rua 25 de Abril à Circunvalação até ao Cavaco) subterrânea, aérea, com uma rotunda, etc., que ajudaria a libertar a rua 5 de Outubro para o Cavaco.-----

4 – Falta de pressão sobre a Administração Central, veja-se o caso da Linha do Vale do



[Handwritten signature]
[Handwritten initials]
[Handwritten initials]

Vouga cuja requalificação está parada sem protestos, a via Feira IC2... -----
Perante a apreciação acima exposta é muito pobre este Orçamento e GOP, apresentam propostas sem ambição, cumprem-se rotinas de planos para planos, com pouca objectividade, e sem seleccionar com rigor as primeiras necessidades, portanto não pode merecer a nossa viabilização quanto mais a nossa aprovação.” -----

Interveio o membro *José Leão* (PSD), que começou por fazer um comentário relativamente aos protestos verificados pelas inscrições, de membros do PSD, no Período de Antes da Ordem do Dia. Sobre isso, disse que todos os elementos da Assembleia têm o direito de se inscrever, considerando caricato que alguns se tenham insurgido contra ocorrências que fizeram com que se cumprisse, pela primeira vez, o que está estipulado no Regimento. Salientou que, conforme acordado na reunião preparatória, seriam utilizados 45 minutos pelos membros da Assembleia e, depois, seriam concedidos 15 minutos ao Sr. Presidente da Câmara para dar as devidas respostas, frisando ter-se cumprido o estipulado. Ressaltou, ainda, que se todos os elementos do PSD que se inscreveram para intervir o tivessem feito, e se o Sr. Presidente da Assembleia também cumprisse o que foi acordado na reunião preparatória, no sentido de que, chegado ao 45.º minuto, cortaria a palavra a quem estivesse a usá-la, então isso faria com que alguns elementos do PS que intervieram não tivessem tido oportunidade de o fazer. Referiu que, em abono da verdade, as palavras que proferiu tinham de ser ditas. -----

Aludindo à intervenção efectuada pelo membro António Cardoso, e sobre a afirmação de que há décadas que o poder laranja governa a Câmara, referiu que isso não acontece só pelo mérito e pelas virtudes dos candidatos do PSD, mas também pelo discurso que o PS faz, nomeadamente o membro António Cardoso. Salientou que o PS ainda não atingiu que, com o discurso que faz, não vai a lado nenhum porque o povo não se engana e porque o povo sabe sempre escolher. -----

Relativamente aos constrangimentos e vicissitudes com que os feirenses se confrontam no dia-a-dia, disse que foi o Primeiro-Ministro do PS quem, durante os seis anos e meio que esteve no Governo, colocou o País no estado em que o mesmo se encontra, e que foi ele quem fez o acordo com a Troika. A propósito desse acordo com a Troika frisou que o actual Governo do PSD, embora não o tenha negociado, o vai cumprir. -----

Quanto às críticas feitas pelo PS, quer na reunião da Câmara, quer na presente sessão da



Assembleia, sobre a política do associativismo, bem como sobre a questão do orçamento participativo, disse que essas respostas, no que diz respeito à reunião de Câmara, foram dadas. Referiu considerar que esse tipo de críticas denotam uma situação muito simples, que se prende com o facto de, à medida que o mandato avança, tornar-se cada vez mais difícil criticar a acção da Câmara. Disse incluir, nessa situação, as críticas feitas pelo CDS-PP, respondendo, quanto à crítica de que a Câmara está a navegar à vista, que o problema da oposição é que Câmara é liderada pelo PSD fruto de uma candidatura em que anunciou obras muito específicas, como a rede de saneamento e os centros escolares, que estão a ser concretizadas no tempo, frisando que, quando terminar o mandato, essas obras estarão absolutamente concretizadas.-----

Referiu que a CDU, apesar de ter gasto vários minutos a falar da Troika e do Governo, teve a hombridade de elogiar a Acção Social da Câmara de Santa Maria da Feira, mas que o PS nem sequer teve a honestidade política de o fazer. Disse que o trabalho da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, ao longo dos anos, no que a Acção Social diz respeito, é reconhecido por todos, e que esse trabalho ganha ainda mais realce devido aos problemas sociais do País que são muito maiores do que aqueles que eram há uns anos atrás.-----

Frisou que a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, ao conseguir cumprir os seus grandes objectivos traçados no início do mandato, aflige aqueles que, um dia, sonham liderar a Câmara. Referiu que, perante isso, a oposição ataca a Câmara com coisas menores que, exprimidas, não resultam em nada, como seja falar nos orçamentos participativos, falar que não existe estratégia de desenvolvimento, ou falar que se deve apostar na reabilitação urbana. Sobre a questão da aposta na reabilitação urbana, questionou como é que a oposição, se tanto critica a Câmara por não ter receitas para concretizar o que está contemplado no Orçamento, vem, depois, insistir em colocar mais coisas nesse mesmo Orçamento.-----

Salientou que o discurso proferido pelo membro António Cardoso se anula a ele próprio porque são feitas afirmações que se contrapõem totalmente, como quando disse que não existe capacidade para arrecadar a receita prevista e, depois, sugere que seja gasto mais dinheiro noutras coisas, fazendo sobressair que isso é de um irrealismo total.-----

O membro José Leão concluiu a sua intervenção dizendo que a Câmara Municipal, mesmo tendo em conta os problemas que o País atravessa bem como a redução de receitas a que os municípios estão sujeitos, vai conseguir cumprir os objectivos que traçou para o ano de 2012.-



Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* que começou por aludir à intervenção efectuada pela deputada municipal Lúcia Gomes, que considerou como sendo uma intervenção muito política, muito generalizada, mas que não queria deixar de fazer um comentário à mesma. Salientou que a deputada municipal usou metade do discurso para criticar os Governos do PS e do PSD/CDS-PP, que usou outra parte do discurso para criticar o Executivo da Câmara mas, quando chegou ao ponto de querer, efectivamente, relevar o trabalho da Acção Social da Câmara como bom, atribuiu a responsabilidade do que é bem feito aos técnicos da Câmara, na Divisão Social.-----

Salientou que, na opinião da deputada municipal Lúcia Gomes, o que está mal é da responsabilidade do Executivo mas o que está bem é da responsabilidade dos técnicos da Câmara, como se esses técnicos não fossem orientados pelo Executivo e como se não fosse o Executivo a dar-lhes as condições para puderem fazer o trabalho que fazem.-----

Em relação à intervenção do membro Nuno Serrano, disse que lhe era difícil dar respostas pela razão de que lhe foi difícil captar a maior parte do que o mesmo proferiu, ao intervir. Referiu que, no entanto, queria dar uma explicação quanto a uma questão de transparência, levantada pelo membro Nuno Serrano, sobre a publicação de textos informativos do CIAC, no jornal "Terras da Feira". Explicou haver um acordo com o "Terras da Feira" para que aquele jornal, gratuitamente, preste esse serviço à população, ressaltando que a Câmara não está a dar nenhuma preferência àquele jornal, bem como lembrou que, no Concelho de Santa Maria da Feira, não existem somente dois jornais, existem bastantes mais.-----

Aludindo às questões colocadas pelo membro Rui Tavares, começou por responder à questão sobre o porquê da receita prevista arrecadar em 2012, do IMI, ser menor do que aquela que já está cobrada em 2011. Explicou que a receita do IMI, assim como outras, tecnicamente é calculada através da média dos últimos dois anos, precisando que, para o caso concreto, é através do cálculo das médias desde o mês de Outubro de 2009 até Outubro de 2011. Frisou que, segundo o POCAL, é assim que se efectua o cálculo da receita prevista arrecadar, ressaltando que se a Câmara for alvo de uma inspecção e essa encontrar um cálculo feito de outra maneira então, naturalmente, a Câmara será chamada à atenção disso, dizendo não ser isso que quer e que já bastam algumas falhas que, inconscientemente, são feitas.-----

Sobre estar previsto arrecadar uma receita relativa às taxas dos resíduos sólidos urbanos bastante superior à prevista arrecadar nas taxas do saneamento, disse que a Câmara deve taxar



[Handwritten signature]
[Handwritten initials]
[Handwritten mark]

todos os feirenses quanto aos resíduos sólidos urbanos, reconhecendo, no entanto, que a Câmara ainda não conseguiu esse propósito. No que se refere às taxas do saneamento referente ao tratamento, disse que somente podem ser cobradas aos munícipes que estão ligados à rede saneamento e que, aos munícipes que, tendo possibilidade de ligar à rede de saneamento, ainda não estão ligados, se cobra a taxa de rede. -----

Quanto à questão da duplicação de verbas com a empresa municipal Feira Viva, disse tratar-se de uma questão de opção dos técnicos da contabilidade. Referiu que, no Orçamento para 2012, esses técnicos entenderam fazer uma única transferência, pelo valor total, para a Feira Viva enquanto que, no Orçamento anterior, as verbas apareceram separadas e discriminadas. Disse ser da opinião que, para a Assembleia Municipal e para quem lê o Orçamento, existe mais transparência estando a transferência para a Feira Viva distribuída por verbas, mas que isso não quer dizer que uma opção seja, tecnicamente, melhor do que a outra. -----

Sobre a questão de que há sectores da Câmara que tinham verbas no Orçamento para 2011 e, para 2012, não têm, explicou que o organigrama da Câmara foi modificado e que isso obrigou a fazer a afectação das verbas a cada um dos sectores, mas que se forem somados os valores dão praticamente o mesmo total.-----

Relativamente aos Centros Escolares, disse estarem, neste momento, 12 concluídos, que estão 2 em obra e está um em concurso, e que há a possibilidade de avançar com mais 3, concretamente, os Centros Escolares de Arrifana, de Santa Maria da Feira e de Fornos, explicando que para esses apenas está prevista uma verba para abrir a rubrica. Informou que a Câmara só pode avançar para a construção desses Centros Escolares no caso de conseguir que as candidaturas aos Fundos Comunitários sejam aprovadas, acrescentando que, segundo o que está anunciado, as candidaturas que venham a ser aprovadas terão uma comparticipação de 90%. Frisou que, naturalmente, os mil euros que constam no Orçamento não chegam mas que existe sempre a possibilidade de, caso a candidatura venha a ser aprovada, fazer uma readaptação de verbas. Explicou ao membro Rui Tavares que o Centro Escolar de Canedo já tem atribuída uma verba de 1 milhão de euros porque já tem a candidatura aprovada e já está em adjudicação. -----

Quanto aos reservatórios da água, esclareceu que os reservatórios que são considerados “em alta” são da responsabilidade da Câmara. Informou que faltam fazer quatro mas que, possivelmente, só serão feitos dois, dando nota que está a ser feita uma reformulação do



[Handwritten signature]
[Handwritten initials]
[Handwritten mark]

projecto que, provavelmente, vai evitar a necessidade de construir dois dos quatro reservatórios que estão previstos.-----

A propósito dos pagamentos à SIMRIA, disse que a Câmara, em termos de boa execução orçamental, tem de incluir no Orçamento a dívida bem como a previsão da despesa relativa aos pagamentos que são certos, como os a efectuar à SIMRIA, à Suldouro, à EDP, entre outras entidades. Relativamente à questão se, nessa verba para pagamento à SIMRIA, estão consideradas as ligações que possam vir a ser construídos em 2012, respondeu afirmativamente, acrescentando que se estão previstas serem feitas ligações de ramais, também estão previstos os pagamentos da despesa que vai ser feita no ano 2012.-----

Quanto aos PAAC da Cultura e do Desporto, disse ser verdade que, para 2012, está inscrita uma verba de 10 euros para abrir a rubrica e que, para 2013, estão previstos 100 mil euros para cada um dos PAAC. Explicou que isso acontece porque o esforço da Câmara, para 2012, vai no sentido de regularizar os PAAC existentes, pagando as dívidas às associações. Referiu que, possivelmente, será atribuída uma pequena verba às associações, dentro dos 200 mil euros, ficando já deliberado o que é possível pagar no ano de 2012 e o que ficará para pagar no ano de 2013.-----

Salientou que dava a mesma justificação para a questão das transferências para as Juntas de Freguesia. Referiu que, no primeiro mapa que consta dos documentos, estão as verbas a que as Juntas de Freguesia têm direito face à delegação de competências que foram definidas.-----

Realçou que a Câmara tem já a consciência de que não vai conseguir pagar tudo em 2012, que disso já foi dado conhecimento à Junta de Freguesia pelo que, no mapa seguinte, aparecem as verbas que a Câmara prevê pagar em 2012 e as que prevê pagar em 2013.-----

Sobre a pergunta do porquê de a Câmara, não tendo capacidade para pagar a verba na sua totalidade em 2012, reduzir as verbas a transferir para as Juntas de Freguesia, disse que as Juntas de Freguesia podem tomar compromissos sabendo que, ao ser aprovado o Orçamento Municipal para 2012, a Câmara está a responsabilizar-se por pagar a verba que está em 2012 e fica já com a obrigação, independentemente das verbas que forem aprovadas no Orçamento do próximo ano, de lhes pagar a verba que está prevista para 2013.-----

Ainda a respeito das transferências para as Juntas de Freguesia, disse que a redução exacta dessas transferências é de 22,4% e que se o membro António Cardoso fala que essa redução é de 25 a 30%, é porque não sabe fazer contas.-----



[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

Quanto à intervenção do membro António Cardoso, disse que o mesmo afirmou, por diversas vezes, que o Orçamento para 2012 apresentado pela Câmara é irrealista e que a Câmara não vai conseguir cumpri-lo, mas que, por outro lado, não se coibiu de anunciar mais umas dezenas de medidas que, no seu entendimento, deviam ser tidas no orçamento. Nesse âmbito, o Sr. Presidente da Câmara questionou como é que se faz o milagre da multiplicação dos pães. Quanto à afirmação do membro António Cardoso de que a Câmara devia, na área social, fazer parcerias com as instituições de solidariedade social, salientou que o membro António Cardoso anda muito distraído com o que se passa no Concelho de Santa Maria da Feira, dando-lhe nota que a rede social existente no Concelho não é outra coisa que seja o trabalho apoiado e a interligação existente entre as diversas instituições com a Câmara. Ressaltou que está provado, que é notório e reconhecido por muita gente do País, que o Concelho de Santa Maria da Feira tem uma das melhores redes sociais do País. -----

O Sr. Presidente da Câmara concluiu a sua intervenção dizendo que o membro António Cardoso, perante o que disse a respeito da Acção Social, estava a ser injusto com os técnicos da Câmara e com os responsáveis da Câmara que estão com o sector da Acção Social, bem como com o Executivo da Câmara que lhes dá condições para trabalharem. -----

Interveio, novamente, o membro *Nuno Serrano* (BE), que começou por dizer que queria recordar ao líder do grupo municipal do PSD que, nos Orçamentos de Estado para 2010 e 2011, do Governo que o PSD tanto critica, foi o próprio PSD quem viabilizou esses Orçamentos, através da sua abstenção. -----

Frisou que, uma vez mais, no Orçamento Municipal para 2012 não é dada nenhuma resposta quanto à utilização de software livre mas que, pelo contrário, propõe a aquisição de mais software. A título de exemplo, referiu que a Câmara tem licenças de um software chamado Microsoft Sharepoint, que custa dezenas de milhar de euros e que necessita de máquinas capazes de suportar esse software que também custam milhares de euros, ressaltando, a esse respeito, haver alternativas muito mais baratas. -----

Relativamente à questão relacionada com a reabilitação urbana, referiu que talvez fosse interessante o Sr. deputado municipal José Leão ver as recomendações do seu grupo parlamentar, do PSD, no Diário da República, acerca da medida que falou na sua intervenção anterior, em que diz que essa medida é uma mais-valia para a economia, na criação de



[Handwritten initials]
[Handwritten initials]

empregos e na ajuda de quem mais precisa.-----

Concluiu a sua intervenção dizendo que espera que o projecto da digitalização do arquivo municipal veja a luz do dia e que esse trabalho seja disponibilizado on-line, para que todos possam conhecer a história e as decisões tomadas no Concelho de Santa Maria da Feira. -----

Interveio o membro *António Cardoso* (PS) que começou por dizer, a respeito da Acção Social, que lhe custou ler numa acta de uma reunião de Câmara, que a Divisão de Acção Social foi pedir autorização à Câmara para que fossem pagos 700 euros, por uma despesa de acção social, a duas famílias. Disse considerar que isso não é possível, que são migalhas, e que por isso é que defende que seria importante a existência de um plano de emergência social. -----

Relativamente às percentagens, quanto às verbas a transferir para as Juntas de Freguesia, disse que lhe foi disponibilizado um mapa que indica, para 2011, uma verba de 1 milhão e 387 mil euros e, para o ano de 2012, a verba de 1 milhão e 40 mil euros, dizendo que isso reflecte uma diferença de 25%. -----

Disse que queria, também, dar nota de opções de investimentos questionáveis, ressaltando que investir no PEC é um investimento com retorno, enquanto que investir no PERM é um investimento sem retorno. Salientou que, só nesse exemplo, dá para calcular as verbas que estão em causa. -----

Relativamente às receitas virtuais, frisou que foi o próprio Sr. Presidente da Câmara que disse que estariam receitas no Orçamento que, eventualmente, seriam virtuais. -----

Quanto às Juntas de Freguesia, fez sobressair que as Juntas de Freguesia continuam a ser maltratadas pela Câmara, sublinhando que as Juntas de Freguesia ainda estão por receber verbas referentes ao ano de 2009.-----

Concluiu aludindo à questão do saneamento dizendo que, efectivamente, ao fim de 40 anos, as obras da rede de saneamento estão a chegar ao fim, salientando, contudo, que se ao longo dos últimos 35 anos a Câmara fosse fazendo, por ano, entre 2 a 3% dessa rede, neste momento a mesma já se encontrava concluída. -----

Interveio a deputada municipal *Lúcia Gomes* (CDU) para dizer que, quando falou na Acção Social da Câmara, falou no reconhecimento do trabalho da Divisão Social mas que, depois,



[Handwritten signature]
[Handwritten initials]
[Handwritten mark]

acrescentou que a CDU não pode ser alheia aos projectos que vão ser feitos, que estão previstos no Orçamento, frisando que não se estava a referir ao trabalho dos técnicos.-----

Referiu ser preciso ser rigoroso naquilo que se afirma, salientando que, frequentemente, é acusada de ter um discurso político. Sobre isso, reconheceu ser verdade que faz tal género de discursos mas que, pelo menos, faz as suas intervenções debruçando-se sobre o orçamento e sobre as propostas, enquanto que as intervenções que faz o Sr. deputado municipal José Manuel Leão, com todo o respeito que lhe tem, normalmente são de resumo e de súpula das intervenções e dos comentários e opiniões dos outros membros, e não são sobre o orçamento da Câmara. -----

Referiu que ela, pelo menos, debruça-se sobre o orçamento e sobre as propostas e que, tal como ao membro José Leão assiste toda a legitimidade para fazer essas intervenções, também a ela lhe assiste toda a legitimidade para fazer os seus discursos políticos, sejam eles sobre a Troika ou sejam eles sobre a Câmara Municipal. -----

Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* para, relativamente à intervenção do membro Nuno Serrano, explicar que, no que respeita à utilização do software livre, o investimento que está previsto nos documentos é no sentido de adaptar o software que a Câmara usa, pelo qual paga licenças muitíssimo caras, para poder usar o software livre, salientando que, para isso, são precisos meios técnicos e é preciso pagar a um especialista que perceba dessa matéria.-----

Relativamente à intervenção do membro António Cardoso, disse que bem gostava que não fosse preciso ser presente à Câmara o pagamento de 700 euros, bem como não fosse preciso ser presente à Câmara o pedido para pagar 10 euros para comprar uma fogaça para oferecer a um Ministro, frisando, contudo, que a lei a isso obriga.-----

Disse que se o membro António Cardoso ficou muito escandalizado por ter ido à Câmara um pagamento de 700 euros é porque o mesmo não conhece a ordem de pagamentos da Câmara, informando que constam dessa ordem muitos pagamentos de 5 e 6 euros, mas que a lei obriga a que sejam presentes à Câmara.-----

Quanto ao cálculo das percentagens das transferências para as Juntas de Freguesia, disse que só há uma maneira de fazer, que é somar as parcelas de 1 milhão e 40 mil euros, de 546 mil euros, de 71 mil euros, de 60 mil euros, de 30 mil euros, de 52 mil euros e de 19 mil euros, e ir ao mapa do ano passado e somar todas as parcelas, e o resultado será uma diferença de



[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

22,4%. Referiu que, no final da sessão, poderia ensinar ao membro António Cardoso a fazer essas contas.-----

Entretanto, no decorrer deste assunto, saíram os membros António Topa, Marco Jesus, Manuel António Ferreira, e os membros em substituição dos Presidentes das Juntas de Freguesia de Caldas de São Jorge – Maria Rosa Santos, e S. João de Ver – Bernardino Pais.-

Seguidamente, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu a votação, separadamente, as Grandes Opções do Plano e o Orçamento Municipal para o ano de 2012. -----

E, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 38 votos a favor (PSD: 33, PS: 4, Ind.), 15 votos contra (PS: 12, CDS-PP, CDU, BE) e 3 abstenções (PS), aprovar as Grandes Opções do Plano para 2012, o PPI – Plano Plurianual de Investimentos, e o PAM – Plano de Actividades Municipal – cujo teor se dá aqui por reproduzido e ficam arquivados na pasta anexa ao respectivo livro de actas.-----

Em seguida, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 38 votos a favor (PSD: 33, PS: 4, Ind.), 15 votos contra (PS: 12, CDS-PP, CDU, BE) e 3 abstenções (PS), aprovar o Orçamento Municipal para 2012 – cujo teor se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respectivo livro de actas.-----

Interveio o membro *Rui Tavares* (CDS-PP) para fazer uma declaração de voto que, seguidamente, se passa a citar:-----

“Eu gostaria só de deixar claro o seguinte. É a primeira vez que voto contra um orçamento da Câmara, e votei aqui contra nalgumas questões que coloquei e disse o porquê desse voto contra, e gostaria que isto ficasse registado.” – Fim de citação. -----

Reentrou o membro Marco Jesus. Saíram os membros António Vilar Oliveira, Idalina Abreu, José Carlos Silva, e o Presidente da Junta de Freguesia de Nogueira da Regedoura – Henrique Ferreira.-----

4 – Plano de Actividades e Orçamento para 2012 da Feira Viva, Cultura e Desporto,



[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

E.E.M. (para conhecimento) -----

O Sr. *Presidente da Assembleia* apresentou o documento em epígrafe – cuja distribuição foi feita, oportunamente, em formato digital (CD-ROM), aos membros da Assembleia, tendo cada grupo municipal recebido um exemplar do mesmo, em papel – e a que se refere a deliberação camarária de 19 de Dezembro de 2011 enviada, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita. -----

Ressaltou tratar-se de um assunto para conhecimento da Assembleia, questionando se algum dos membros pretendia intervir no âmbito da matéria. -----

Interveio o membro *Rui Tavares* (CDS-PP) para dizer que nos documentos da Feira Viva consta, quanto às Casas Municipais da Juventude, no seu Enquadramento para 2012, que está previsto que esses equipamentos, em 2012, sejam retirados da esfera de gestão da Feira Viva e que apenas está previsto orçamentalmente o 1.º semestre de 2012. -----

Questionou, por isso, o que é que a Câmara Municipal pretende fazer com as Casas Municipais da Juventude. -----

Interveio a deputada municipal *Carla Adriana Pinto* (PS), que leu documento escrito que deixou à Mesa, cujo teor, seguidamente, se transcreve: -----

“Uma nota apenas para dizer que o tempo veio dar-nos razão. -----

Por várias vezes o Partido Socialista sugeriu a criação de uma comissão de acompanhamento à empresa municipal Feira Viva. Pretendíamos colaborar acompanhando e apresentando sugestões de melhoria. -----

Ao longo dos anos fomos dizendo que era possível fazer o mesmo, ou ainda melhor, com menos custos. No entanto, e uma vez mais, o Sr. Presidente e a maioria PSD inviabilizaram as nossas sugestões. -----

Ora o tempo veio dar-nos razão: as críticas que fazíamos tinham sentido e o abaixamento drástico dos encargos para realizar as mesmas atividades vem comprovar esse facto.” -----

Usou da palavra o Sr. *Presidente da Câmara* que, começando por referir-se à questão colocada pelo membro Rui Tavares, disse tratar-se de uma questão lógica, esclarecendo que, efectivamente, está previsto fazer uma reformulação total do que são as Casas da Juventude. -----



Frisou que as Casas da Juventude, como estão, não fazem sentido, dizendo que quando as mesmas foram criadas foram usadas pelos jovens, na generalidade das vezes, para terem acesso à internet. Ressaltou que, actualmente, os jovens e as pessoas em geral já não precisam desse serviço porque têm acesso à internet nas suas próprias casas. Salientou que, nessa medida, a Câmara está a contactar as Juntas de Freguesia para se estudar o futuro a dar às Casas da Juventude. Referiu, como exemplo, que a Casa da Juventude em Arrifana tem, ao seu lado, um outro equipamento com um outro funcionário, onde as pessoas podem ler os jornais e revistas, dizendo que uma das possibilidades é juntar os dois equipamentos. Ressaltou que em tempos de vacas gordas as coisas vão andando mas que, quando é necessário, há que encontrar soluções e que é nesse sentido que a Câmara está a trabalhar. -----
Em relação à intervenção da deputada municipal Carla Pinto, disse considerar estranho por a mesma ter manifestado preocupação pelo facto de se ter conseguido, mesmo sem o acompanhamento do Partido Socialista, estar-se a fazer as mesmas coisas com menos dinheiro. Ainda a respeito da questão do acompanhamento do Partido Socialista, disse que o proferido pela deputada municipal não é verdade, recordando que o Conselho de Administração da Feira Viva tem um elemento do Partido Socialista.-----
Concluiu fazendo sobressair que, não tendo sido aceite a proposta feita pelo Partido Socialista no sentido de ser criada uma comissão de acompanhamento à empresa municipal Feira Viva, a preocupação da Sr.^a deputada municipal, agora, é estar-se a fazer as mesmas coisas, mas com menos dinheiro.-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento do Plano de Actividades e Orçamento para 2012 da Feira Viva, Cultura e Desporto, E.E.M. – cujo teor se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respectivo livro de actas. -----

Reentraram os membros Manuel António Ferreira, António Vilar Oliveira, Idalina Abreu, José Carlos Silva, e os membros em substituição dos Presidentes das Juntas de Freguesia de Caldas de São Jorge – Maria Rosa Santos, e S. João de Ver – Bernardino Pais. -----

5 – Alteração ao Mapa de Pessoal de 2011 -----

O Sr. *Presidente da Assembleia* apresentou o documento em epígrafe e, em seguida, passou a



palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia. -----

O *Sr. Presidente da Câmara* explanou o assunto em referência, nos termos constantes da deliberação camarária de 19 de Dezembro de 2011 enviada, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita. -----

Verificando que nenhum dos Srs. deputados municipais pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, o Sr. Presidente da Assembleia passou a submeter o assunto a votação. -----

E, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 57 votos a favor (PSD: 34, PS: 21, CDS-PP, Ind.), 0 votos contra e 2 abstenções (CDU e BE), aprovar a alteração ao Mapa de Pessoal dos serviços do Município de 2011 – documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respectivo livro de actas. -----

Em conformidade, ficam, por conseguinte, reformadas as deliberações de 30 de Dezembro de 2010 e de 28 de Fevereiro de 2011, no respeitante a esta matéria. -----

Saiu o membro em substituição dos Presidente da Junta de Freguesia de Arrifana – David Ferreira. -----

6 – Mapa de Pessoal para 2012 -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o documento em epígrafe, cuja distribuição foi feita, oportunamente, em formato digital (CD-ROM), aos membros da Assembleia, tendo cada grupo municipal recebido um exemplar do mesmo, em papel. -----

Em seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia. -----

O *Sr. Presidente da Câmara* explanou o assunto em referência, nos termos constantes da deliberação camarária de 19 de Dezembro de 2011 enviada, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita. -----



Verificando que nenhum dos Srs. deputados municipais pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, o Sr. Presidente da Assembleia passou a submeter o assunto a votação. -----

E, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 56 votos a favor (PSD: 33, PS: 20, CDS-PP, CDU, Ind.), 1 voto contra (PS) e 1 abstenção (BE), aprovar o Mapa de Pessoal para 2012 – cujo teor se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respectivo livro de actas. -----

7 – Tarifário de Água e Saneamento para 2012 -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o documento em epígrafe e, em seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia. -----

O *Sr. Presidente da Câmara* explanou o assunto em referência, nos termos constantes da deliberação camarária de 12 de Dezembro de 2011 enviada, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita. -----

Interveio a deputada municipal *Lúcia Gomes* (CDU) que começou por dizer que durante quatro anos pediu, na Assembleia Metropolitana do Porto, que fossem facultados os gráficos com a comparação dos custos com a água e saneamento, e também com as taxas de RCU, agradecendo por a Câmara ter, agora, facultado esses mesmos gráficos. -----

Salientou que, da análise dos gráficos, o Concelho de Santa Maria da Feira aparece como sendo o sétimo com os custos mais caros, num total de dezassete concelhos. -----

Referiu que não põe em causa as questões jurídicas ou as questões técnicas apresentadas para o aumento do tarifário da água, frisando que o que a CDU questiona, e que sempre questionou, tem a ver com o facto de a água ser um bem essencial, ser um direito humano, e que está classificada como tal. -----

Nessa medida, disse que o apelo que deixava é no sentido de que se possa renegociar o contrato com a Indaqua Feira para que os custos com a água sejam, efectivamente, mais baixos, que se possa renegociar formas de apoio às famílias mais carenciadas, bem como se possa renegociar a questão do pagamento dos ramais. -----



Sobre a questão do pagamento dos ramais, referiu não poder aceitar aquilo que o Sr. Presidente da Câmara afirmou na reunião camarária, relativamente à decisão do Tribunal Administrativo em relação àquilo que é uma orientação da ERSAR, em que o Sr. Presidente da Câmara disse que a ligação aos ramais pode ser paga através do aumento do custo da água. Frisou que esse aumento seria incomportável para os feirenses e que, daí, apelava à renegociação com a Indaqua Feira, fazendo sobressair que caso a Câmara não tivesse optado pela privatização da exploração da água, o teria que ter feito em função das orientações políticas governativas que foram dadas, através do PEAASAR.-----

Pedi ao Sr. Presidente da Câmara para que olhe para os feirenses que não têm água nas suas casas nem têm forma de a pagar, lembrando que já apresentou, na Assembleia Municipal, facturas de famílias que recebem o Rendimento Social de Inserção, em que, recebendo 260 euros, tiveram de pagar 90 euros de água num mês.-----

Frisou, a respeito das primeiras facturas que foram enviadas aos feirenses, que foi o próprio Sr. Vereador quem admitiu que poderiam haver erros na facturação, fazendo sobressair, a esse respeito, que nenhum dinheiro foi devolvido aos feirenses, sublinhando que pagar tais quantias é absolutamente incomportável para as famílias feirenses.-----

Disse ser uma necessidade urgente fazer alguma coisa, que para isso é preciso haver vontade política da Câmara, sublinhando, uma vez mais, que os feirenses têm de ter acesso à água e que a água não pode ser tão cara como a electricidade, como a internet, como seja o que for, porque a água é um bem essencial.-----

Interveio o membro *Nuno Serrano* (BE) que leu documento que deixou à Mesa, cujo teor, seguidamente, se transcreve:-----

“Desde sempre o BE considerou o negócio da concessão da rede de água e saneamento um ato ruinoso para o erário publico.-----

Com a concessão da rede de água e saneamento à Indaqua o Sr. Presidente da Câmara deu um autêntico banho de água gelada aos feirenses.-----

Este negócio é a demonstração inequívoca da submissão de quem ocupa cargos públicos aos interesses dos privados.-----

A Indaqua, aliás os Grupos Mota-Engil, Soares da Costa e MonteAdriano ganham sempre. Os feirenses e a autarquia perdem sempre e por goleadas colossais!-----



No meio deste negócio há sempre uns pareceres de uma sociedade de advogados, como sempre pagos pelo erário público, e também como sempre e não por acaso, sempre ligados aos partidos do poder. -----

Estranha-se que a autarquia tenha juristas no seu quadro de pessoal, mas quando se trata destes negócios contrata sempre uma sociedade de advogados. -----

Por muitos argumentos que o Sr. Presidente tente arranjar para sustentar esta catástrofe que é a concessão da rede de água e saneamento, a realidade desmente-o a cada dia que passa. -----

O pior que pode acontecer a um político, é construir uma mentira que é todos os dias desmentida pela realidade. -----

Os mapas que apresentou em reunião de câmara, demonstram que os feirenses pagam a água quase ao preço do ouro. Somos dos concelhos com as taxas de água e saneamento, das mais caras do país. -----

O velho ditado popular que a verdade vem sempre ao de cima assenta que nem uma luva neste negócio! -----

O Sr. Presidente disse em reunião de câmara “que a água não é cara, que as pessoas têm é pouco dinheiro para a pagar, que essa é que é a questão.” -----

Lá meteu mais umas pedras em cima do caixão do discurso que sempre teve durante anos, em que afirmava, alto e a bom som, que este era o Concelho da modernidade. Um Concelho moderno, mas... com o povo de bolsos vazios! -----

Nada melhor que Alfredo Henriques para se desmentir a si próprio. -----

Sr. Presidente, nada bate certo na sua gestão. Todas as suas promessas caíram por terra! A realidade confirma-o. -----

O Bloco relembra a sentença do tribunal administrativo e fiscal de Braga que declarou ilegal a cobrança da taxa de instalação de ramais de água. -----

Aqui no chamado Concelho da modernidade, a câmara enterra a cabeça na areia e faz de conta que nada se passou. -----

Relembro que em África os ditadores têm a mesma postura em relação às decisões da justiça.

A concessão da água aos privados é um autêntico negócio da China para os grandes Grupos de construção civil como Mota-Engil, Soares da Costa e MonteAdriano, para já sem o dinheiro sujo de sangue do escravagismo Chinês. -----

O BE vota contra mais este ataque aos bolsos dos feirenses.” -----



Interveio o membro *Rui Tavares* (CDS-PP), que começou por fazer referência à acta camarária, para referir que na mesma está transcrito o parecer jurídico emitido pelos assessores jurídicos da concessão e que, nesse parecer, é dito que no cálculo do valor do tarifário para 2012 se encontra incorporado o coeficiente extraordinário de actualização de 0,84%. Sobre isso disse que, como o próprio nome indica, esse aumento não é obrigatório e que, num ano extraordinariamente difícil para os portugueses, não seria nada de extraordinário não haver esse aumento de quase 1%. -----

Referiu, ainda, também ter gostado de receber os mapas comparativos frisando, contudo, que a Câmara podia ter ido mais longe. Ressaltou que, no mapa que incluiu os custos com água, saneamento e RSU o Concelho de Santa Maria da Feira é o sétimo com o tarifário mais caro da Área Metropolitana do Porto, mas que se incluir somente os custos com água e saneamento já é o quinto Concelho mais caro, e que era interessante que a Câmara tivesse disponibilizado um mapa somente com os custos com a água, para ver que lugar ocuparia o Concelho de Santa Maria da Feira. -----

Interveio o membro *Telmo Gomes* (PS), que leu documento escrito que deixou à Mesa, cujo teor, seguidamente, se transcreve: -----

“A maioria PSD da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, fechando os olhos aos enormes sacrifícios já impostos por este Governo da coligação PSD/CDS a todos os portugueses, vai agravar, ainda mais, as condições de vida das famílias feirenses em 2012. Esta é a única conclusão que se pode retirar da proposta que no passado dia 12 de Dezembro a maioria PSD do executivo Feirense aprovou relativamente ao tarifário a aplicar ao consumo de água e saneamento. -----

Os anos de 2012 e 2013 vão ser certamente terríveis para a generalidade dos portugueses. Todas as famílias serão massacradas com impostos de toda a ordem e espécie, as deduções no IRS serão reduzidas, os trabalhadores da administração pública perdem o subsídio de férias e Natal, os preços dos bens e serviços registarão aumentos difíceis de acompanhar pelos consumidores, com especial destaque para a electricidade e o gás, o desemprego afectará ainda muitas mais famílias, os apoios sociais continuarão a sofrer cortes, etc., etc., etc. -----

Perante tudo isto, perante este anunciado panorama de crise e miséria, a maioria PSD da Câmara de Santa Maria da Feira, em vez de assumir as suas responsabilidades sociais e servir



[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

de almofada aos efeitos da crise, presenteia todos os Feirenses com mais um aumento no consumo de água e no saneamento. -----

O Partido Socialista não concorda com o contrato ruinoso que a câmara celebrou para a prestação dos serviços de saneamento e abastecimento de água. Várias vezes o dissemos nesta Assembleia que o contrato de concessão foi uma traição aos interesses dos Feirenses. -----

Assim sendo consideramos que: -----

Estes novos tarifários prejudicam cada vez mais a nossa população. -----

Estes novos tarifários são maiores que os da AdRA – Águas da Região de Aveiro, S.A. -----

A Camara Municipal demonstra uma falta de Solidariedade Social ao não apresentar um plano com taxas sociais para os mais desfavorecidos, ou mesmo para as famílias numerosas. -----

A ERSAR recomenda “que as famílias numerosas beneficiem de um tarifário especial”. -----

Desde há 3 anos a esta parte as tarifas praticadas neste Concelho são das mais onerosas da região (segundo um estudo da Proteste). -----

O preço por metro cúbico apresentado para o abastecimento de água e de saneamento para 2012 nos diversos escalões é extremamente injusto comparativamente com outros Concelhos da Região e mesmo do País. A título de exemplo, no Serviço de abastecimento de água, para utilizadores de tipo doméstico, no primeiro escalão a Câmara Municipal de Lisboa cobra 0.1820 EUR/metro cúbico, enquanto a nossa Câmara Municipal cobrará, em 2012, 0.500 EUR/metro cúbico, assim como na taxa de utilização em contadores até 15mm a diferença entre uma e outra é de cerca de 30%, de 4.03 Euros em Lisboa para 5.73 Euros na Feira. Escusado será dizer que este Município, Lisboa, tem o rendimento mensal médio por pessoa bem maior que a Feira (750 € para 1000 €) e uma taxa de desemprego bem menor! Dá que pensar! -----

É ilegal a cobrança de taxas de construção de ramais domiciliários de abastecimento de água e de saneamento (sendo que os valores das mesmas estão mesmo desajustados em relação ao preço dos trabalhos de construção civil actuais). Não é o PS que o diz mas sim a entidade reguladora ERSAR e os Tribunais. -----

Enquanto estes abusos se mantiverem o PS limitar-se-á a combater essas injustiças, denunciando as irregularidades e as imoralidades que a Concessionária dos Serviços de água e saneamento estão a cometer com conluio da Câmara PSD. -----

Daí votarmos contra.” -----



Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* que começou por referir-se à questão colocada pelo membro Rui Tavares, a respeito do coeficiente extraordinário de actualização de 0,84%. - Sobre essa questão, disse que no contrato da Concessão que foi aprovado, foi estipulado que, durante quatro anos, se pagaria uma taxa extraordinária, o que quer dizer que, em 2009, teria de ter havido um aumento extraordinário, devido ao contrato, de cerca de 3 euros, e que foi diluído durante quatro anos. Explicou que, para não ser tão pesado para os consumidores, esse aumento foi escalonado durante quatro anos, e que é por essa razão que aparece o aumento extraordinário. -----

Em relação às restantes intervenções, disse que queria fazer uma pequena provocação, dizendo que a Câmara celebrou um contrato, e que não cumprir os contratos é seguir as orientações do ex-Primeiro-Ministro José Sócrates que diz que as dívidas não são para pagar, ou seguir o que disse o Presidente da Distrital de Aveiro do Partido Socialista, que diz que é uma criancice pagar a dívida. Disse que se fosse seguir essa orientação, provavelmente ainda o acusavam de não cumprir o contrato, fazendo sobressair que, enquanto Presidente da Câmara, entende que os contratos que a Câmara assina são para cumprir. -----

Sublinhou que a Câmara celebrou um contrato com a Indaqua Feira para a Concessão, que começou no ano de 2000, e que teve alguns atrasos até por questões legais, exactamente no tempo em que o Eng. José Sócrates era Ministro do Ambiente. Frisou que essa história já foi contada muitas vezes na Assembleia Municipal, ressaltando que foram modificadas as circunstâncias o que obrigou a que a Câmara renegociasse com a Indaqua Feira, sublinhando que esse facto atrasou o processo em, seguramente, três anos. -----

Salientou que, no ano de 2000, 30% do Concelho estava servido com rede de abastecimento de água e que cerca de 12 a 15% do Concelho era servido com rede de saneamento, lembrando que os valores do investimento também são públicos, e que são cerca de 100 milhões de euros. -----

O Sr. Presidente da Câmara concluiu dizendo que, não fosse a Câmara ter feito a concessão, não tinha nenhuma possibilidade de ter feito o investimento que se encontra feito, de ter o serviço à população que hoje tem, considerando que, de todos os anos em que está à frente dos destinos da Câmara Municipal, foi das atitudes mais corajosas que tomou e foi das que mais serviu, em termos de estratégia, para o desenvolvimento do Concelho de Santa Maria da Feira. -----



Entretanto, no decorrer deste assunto, saíram os membros Arménio Magalhães, José Manuel Leão, António Domingues Pereira, António Vilar, Manuel António Ferreira, Idalina Abreu, o Presidente da Junta de Freguesia de Pigeiros – Feliciano Pereira, e os membros em substituição dos Presidentes das Juntas de Freguesia de Caldas de São Jorge – Maria Rosa Santos, e S. João de Ver – Bernardino Pais.-----

Reentraram os membros António Topa e Henrique Ferreira – Presidente da Junta de Freguesia de Nogueira da Regedoura.-----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 34 votos a favor (PSD: 30, PS: 3, Ind.), 15 votos contra (PS: 13, BE, CDU) e 2 abstenções (CDS-PP, PS), aprovar a actualização do Tarifário de Água e Saneamento para 2012 – documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respectivo livro de actas – com a exclusão das taxas para análise dos projectos de especialidades, que não estão a ser cobradas na sequência da notificação à Indaqua Feira da deliberação da Câmara de 18 de Abril de 2011.-----

8 – Empréstimo-Quadro (EQ) do BEI para o CCTAR – Centro de Criação de Teatro e Artes de Rua e para a Concepção/Construção do Pavilhão Desportivo de Fiães (deliberação de 11/Novembro/2011)-----

- Alteração da taxa de juro/Ratificação-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe e, em seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia.-----

O *Sr. Presidente da Câmara* explanou o assunto em referência, nos termos constantes da deliberação camarária de 28 de Novembro de 2011 enviada, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita.-----

Verificando que nenhum dos Srs. deputados municipais pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, o Sr. Presidente da Assembleia passou a submeter o assunto a votação.-----



E, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 50 votos a favor (PSD: 30, PS: 17, CDS-PP, CDU, Ind.), 0 votos contra e 1 abstenção (BE), ratificar a alteração da taxa de juro respeitante ao financiamento supra-identificado de 3,9% para 3,901%.-----

Em conformidade, fica, por conseguinte, reformada a deliberação de 11 de Novembro de 2011, no respeitante a esta matéria. -----

Reentraram os membros José Manuel Leão, António Domingues Pereira, e o membro em substituição dos Presidente da Junta de Freguesia de Arrifana – David Ferreira.-----

Sairam os Presidentes das Juntas de Freguesia de Escapães – Gastão Valente, Guisande – Mário Luís Silva, Lobão – José Henriques Santos, e Sanfins – José Fernandes Leite.-----

9 – Conservação de capital social da Feira Viva, Cultura e Desporto, EEM; Entrada em espécie para cobertura de resultados transitados negativos e prestações acessórias de capital – Pavilhão Desportivo da Lavandeira -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe e, em seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia. -----

O *Sr. Presidente da Câmara* explanou o assunto em referência, nos termos constantes da deliberação camarária de 28 de Novembro de 2011 enviada, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita. -----

Interveio o membro *Nuno Serrano* (BE), que começou por dizer ter ficado mais claro do que nunca para que serve a empresa municipal Feira Viva, dizendo que a mesma serve para, única e simplesmente, fugir ao controlo e fiscalização da Assembleia Municipal.-----

Referiu ter também ficado claro que a contabilidade da Feira Viva vive de expedientes, e que o que está a ser proposto é um expediente para mascarar as contas, ressaltando que, até pela nova lei para as empresas municipais, a Feira Viva estava condenada à extinção, dizendo que essa é a realidade que, mais tarde ou mais cedo, acontecerá.-----

Salientou que a transferência de mais um bem imóvel traz outros riscos, fazendo sobressair que com a voragem de privatização do Governo, que tem um modelo de privatização dos



serviços públicos, assim como para outros sectores da nossa sociedade, o pavilhão da Lavandeira pode ser privatizado à-vontade que o modelo já lá está, e o pavilhão da Lavandeira já era. -----

Usou da palavra a deputada municipal *Lúcia Gomes* (CDU), para dizer que queria manifestar algumas preocupações relativamente à transferência do pavilhão da Lavandeira para a Feira Viva, precisamente devido ao serviço público que é prestado com esse equipamento. -----
Referiu que o Clube Académico da Feira é o principal utilizador do pavilhão da Lavandeira, que esse clube é um marco histórico da cidade de Santa Maria da Feira, que já teve futsal, que já teve uma equipa de hóquei feminino que jogou na 1.ª liga e que foi forçada a acabar porque não havia dinheiro para pagar ao treinador. Recordou, também, que no pavilhão da Lavandeira foi organizado o 1.º campeonato internacional de hóquei e que ali foi formado o jogador de hóquei em patins Carlos Frederico Saraiva, que foi o melhor marcador da Seleção Moçambicana no Mundial de Hóquei em Patins de 2011, sugerindo que a Assembleia Municipal aprovasse um voto de louvor àquele jogador, tendo em conta ser feirense e ter sido o melhor marcador de um Mundial de Hóquei. -----

Frisou, em seguida, que a questão não é só a transferência do equipamento mas, também, a questão das entidades que utilizam o equipamento terem de passar a pagar um determinado valor, para o poder utilizar. A esse propósito, leu extracto da deliberação camarária de 19 de Dezembro de 2011 respeitante ao proferido pelo Dr. Paulo Pais, Administrador Executivo da Feira Viva, no âmbito dessa questão, extracto esse que a seguir se transcreve: -----

“... se se olhar para a Feira Viva numa perspectiva cem por cento economicista, no sentido de haver equilíbrio, então, cada entidade teria de passar a pagar 20 €/ hora para utilizar os pavilhões, somente para cobrir os custos e não com o intuito de dar lucro. Frisou que, nesse caso, as actividades com a natação adaptada e a natação de competição e o hóquei em patins terminavam, ou seja, ficava-se com os equipamentos equilibrados em termos de contas, mas sem ninguém a ocupá-los ou, então, totalmente ocupados com a modalidade do futsal, sem qualquer formação para as restantes modalidades (...). Saliu que, se a opção for a de cobrar a utilização dos pavilhões, então, os mesmos deixarão de cumprir a sua missão, uma vez que não darão qualquer apoio à formação, fazendo sobressair que esta é a dicotomia entre a perspectiva cem por cento economicista e uma perspectiva que, embora economicista, tem



[Handwritten signature]
C. A.

em linha de conta estes aspectos.” -----

A deputada Lúcia Gomes disse que queria sublinhar a preocupação manifestada pelo Dr. Paulo Pais, dizendo ser preciso que, na transferência do equipamento, sejam impostas regras para que não se levantem entraves à prática desportiva, ao semelhante do apoio que a Câmara municipal tem dado até agora, relativamente à prática desportiva no pavilhão da Lavandeira. -- Concluiu fazendo sobressair que é preciso salvaguardar a prática desportiva por parte dos jovens, fazendo-se com que a passagem do equipamento para a Feira Viva não implique que as pessoas tenham que começar a pagar, ou que não implique a extinção do Clube Académico da Feira ou das modalidades do Clube Desportivo do Feirense que, actualmente, estão a utilizar o pavilhão. -----

Interveio o membro *Rui Tavares* (CDS-PP) que começou por salientar que, segundo disse saber e tendo em conta o que foi falado em anteriores sessões da Assembleia Municipal, o pavilhão da Lavandeira foi dado como garantia às Finanças pela dívida de IVA que, supostamente, a Câmara tem em relação às transferências feitas para a empresa municipal Feira Viva. -----

Nesse sentido, questionou qual a implicação dessa garantia que foi dada, ressaltando que, ao fim ao cabo, é um bem que foi dado como garantia às Finanças do pagamento dessa suposta dívida e que, agora, vai transitar para a Feira Viva. -----

Referiu que no Orçamento Municipal de 2012 consta a verba de cerca de 1 milhão e 700 mil euros de transferência para a Feira Viva, questionando se essa transferência é uma provisão para cobrir o prejuízo de 2012 da Feira Viva, no pressuposto de não correr o risco de ter de pagar IVA sobre essa transferência de 1 milhão e 700 mil euros. -----

Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara*, que começou por dizer que a questão colocada pela deputada municipal Lúcia Gomes tinha razão de ser se tivesse sido colocada no ponto da Ordem do Dia relativo ao Orçamento da Feira Viva, frisando, contudo, que a questão nada tem a ver com o assunto agora em discussão. -----

Salientou que os cerca de 1 milhão e 700 mil euros que a Câmara vai transferir para a Feira Viva são para cobrir os prejuízos de exploração dos equipamentos que são geridos pela empresa municipal, como o pavilhão da Lavandeira, as piscinas de Fiães, de Lourosa, entre



outros. -----

Quanto ao pavilhão da Lavandeira, disse que os custos de exploração são de 30 mil euros e que o que está previsto transferir em 2012 para a Feira Viva, para o pavilhão da Lavandeira, é uma verba na ordem dos 28 mil euros, havendo, por isso, uma diferença de cerca de 2 mil euros. Disse que o que se propõe é que as entidades que usam o pavilhão comecem a pagar uma pequena quota mensal que possam dar, no fim de um ano, cerca de 2 mil euros, e que daí aparece essa diferença. Realçou, contudo, que o facto de se cobrar uma pequena quota mensal às entidades não tem nada a ver com a questão da verba transferida para a Feira Viva, mas sim com a política e a opção de apoio às colectividades, frisando que a Câmara tem a consciência que no dia em que se fosse cobrar a essas entidades o valor real para cobrir os custos, de 20 €/hora, o Clube Académico da Feira teria que fechar as portas. -----

Salientou que uma outra questão que tem de ser considerada prende-se com o facto de haver associações no Concelho que têm pavilhões próprios e que suportam toda a despesa, dando os exemplos do GRIB e do Centro Desportivo e Cultural de S. Paio de Oleiros, com a prática do andebol, ressaltando que tem de se estabelecer algum equilíbrio entre as associações concelhias, até para o Clube Académico da Feira e o Clube Desportivo Feirense, bem como as outras entidades que usam o pavilhão da Lavandeira, perceberem que têm de fazer algum esforço. -----

Relativamente às questões colocadas pelo membro Rui Tavares, informou que já não há a garantia às Finanças, quanto à perspectiva de que a Câmara tinha de pagar o IVA relativo às transferências para a Feira Viva, que na altura estava nos 21%. Explicou, quanto a esse assunto, que já foi aclarado pela Direcção Geral de Finanças de que não é devido esse imposto e que, por isso, a Câmara não necessita de cobrir o prejuízo porque esse IVA não vai ter de ser pago às Finanças. -----

Salientou que a Câmara já aprovou, na reunião camarária, um contrato-programa a celebrar com a empresa municipal Feira Viva, em que, dando como exemplo o Zoo de Lourosa, para a Feira Viva fazer a gestão desse equipamento a Câmara lhe transfere 180 mil euros. -----

Em relação à intervenção efectuada pelo membro Nuno Serrano, disse considerar que chamar-se, ao que está a ser proposto, mascarar as contas, não tem nada a ver com a realidade. O Sr. Presidente concluiu a sua intervenção frisando que a Câmara está a fazer gestão defendendo os interesses do Concelho, cumprindo estritamente a lei, e que mal seria se a



Câmara não explorasse as possibilidades que a lei dá para poupar à Câmara, na ocasião, um milhão e meio de euros, transferindo isso para a Administração Central. -----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 37 votos a favor (PSD: 30, PS: 5, CDS-PP, Ind.), 12 votos contra (PS: 11, BE) e 1 abstenção (CDU), autorizar que o Município de Santa Maria da Feira proceda à entrada em espécie para cobertura de resultados transitados negativos e prestações acessórias de capital, para a conservação do capital social da Feira Viva, Cultura e Desporto, EEM, mediante a transmissão do Pavilhão da Lavandeira, e que o remanescente, no montante de 127.742,40 €, seja afecto a prestações acessórias de capital pertença do Município de Santa Maria da Feira, nos termos e com os fundamentos constantes da deliberação tomada pela Câmara na sua reunião de 28 de Novembro de 2011. -----

Interveio o membro *António Cardoso* (PS) para fazer uma declaração de voto que, seguidamente, se passa a citar: -----

“Os membros do Partido Socialista que votaram contra fizeram-no pelo facto de, depois do debate, a situação se tornar confusa e nós, em caso de dúvida, votamos contra.” – Fim de citação. -----

10 – PERM – Parque Empresarial de Recuperação de Materiais -----

- Novo Pedido de Suspensão Parcial do Plano Director Municipal e Estabelecimento de Medidas Preventivas -----

11 – Novo Aterro da Suldouro -----

- Pedido de Suspensão Parcial do Plano Director Municipal e Estabelecimento de Medidas Preventivas -----

12 – Exploração das Termas de S. Jorge -----

O *Sr. Presidente da Assembleia*, relativamente aos assuntos em epígrafe, informou que os mesmos, a solicitação da Câmara, são retirados da Ordem do Dia. Passou, por isso, para o ponto seguinte da Ordem do Dia. -----

Saiu a deputada municipal Samanta Maia. -----



13 – PEC-TSM – Parque Empresarial da Cortiça, das Terras de Santa Maria, EM-----
- Extinção da Empresa Municipal -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe e, em seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia. -----

O *Sr. Presidente da Câmara* explanou o assunto em referência, nos termos constantes da deliberação camarária de 19 de Dezembro de 2011 enviada, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita. -----

Interveio o membro *Nuno Serrano* (BE) que começou por dizer que, em coerência com a posição que o Bloco de Esquerda tem defendido relativamente ao assunto em questão, que ia votar favoravelmente a extinção da empresa municipal em referência, ressaltando que a mesma nunca devia ter visto a luz do dia. -----

Frisou que alguns dos argumentos que são utilizados para a extinção já eram conhecidos em 2008, nomeadamente a questão do terreno e o relatório de impacte ambiental, referindo que a Câmara Municipal ignorou completamente esse parecer que já referia a questão da ribeira de Lamas e a questão da tipologia do terreno. Fez sobressair que a extinção da empresa municipal acontece fora de tempo pelo tipo de organização que tinha a indústria corticeira. ---
Concluiu dizendo que a Câmara persistiu no erro e gastou milhões de euros, nomeadamente, três milhões de euros na construção de uma via onde não circula ninguém, fazendo sobressair que os argumentos utilizados para a extinção já haviam sido apontados em órgãos de comunicação social e que também constam, segundo disse julgar, nas actas das reuniões camarárias. -----

Interveio a deputada municipal *Lúcia Gomes* (CDU) que começou por salientar que se depreende, da decisão pela extinção da empresa municipal, depois de um processo que se alongou por vários anos, que é a capitulação total ao monopólio do Grupo Amorim. -----
Referiu que, no tecido empresarial do Concelho, cerca de 97% são pequenas e médias empresas, muitas do sector da cortiça, ressaltando que muitas laboram, inclusivamente, ao abrigo da lei de trabalho doméstico. Disse considerar que, para essas pequenas e médias



empresas da cortiça, seria muito importante ter um parque industrial onde pudessem desenvolver a sua indústria sem que estivessem sujeitas à concorrência desleal do império do Grupo Amorim.-----

Relembrou que, no anterior Governo, foi aprovada uma linha de crédito às pequenas e médias empresas e que, na comissão de acompanhamento, a acompanhar as verbas que eram dadas às empresas, estava a Câmara Municipal, a APCOR e os sindicatos. -----

Questionou para onde foi esse dinheiro, perguntando qual a razão para a Câmara não ter aproveitado a linha de crédito para apoiar o sector da cortiça e para apoiar o processo do Parque Empresarial da Cortiça (PEC).-----

Referiu que, após tantos anos, a Câmara decidiu abandonar o processo do PEC apresentando argumentos relacionados com os terrenos que, para outras situações, como para as sucatas, não são válidos, recordando que o membro António Cardoso tanto tem teimado, ao falar do PERM, com argumentos relacionados com questões ambientais e que esses não são reconhecidos como válidos, questionando o porquê de já serem dados como válidos quando se fala do PEC.-----

Sublinhou que a indústria corticeira é a mais importante do Concelho de Santa Maria da Feira e, nesse sentido, questionou, uma vez mais, o porquê da Câmara não ter aproveitado os fundos europeus e portugueses para o Parque Empresarial da Cortiça bem como o porquê de continuar a agir do modo como está a agir, face ao Grupo Amorim, frisando que as pequenas e médias empresas do sector estão a ser estranguladas por esse Grupo. -----

Concluiu a sua intervenção lamentando a decisão da Câmara bem como a postura do PSD relativamente à indústria corticeira. -----

Interveio o membro *Rui Tavares* (CDS-PP) que começou por dizer, relativamente ao projecto do PEC, que o mesmo começou tarde e acaba mal, frisando que começou tarde porque o parque empresarial fazia todo o sentido há 15 anos atrás porque, nessa altura, havia a capacidade dos pequenos e médios industriais para acudir a uma situação como a que foi proposta com o projecto do PEC.-----

Frisou que, como a Câmara demora sempre a tomar as decisões e anda sempre atrasada no tempo, o projecto do PEC acabou por surgir numa altura em que as probabilidades de êxito eram diminutas, em face dos orçamentos apertados que a Câmara tem tido nos últimos anos,



sublinhando que não se previa outra coisa que não fosse a extinção que, agora, é presente à Assembleia Municipal. -----

Fez sobressair que o PEC criou expectativas, principalmente aos pequenos e médios empresários, porque previa uma área de lotes destinados aos serviços de utilização coletivos, como a colmatagem, que dava a esses pequenos e médios empresários a possibilidade de usufruírem de equipamentos que, de outro modo, só estão ao alcance dos grandes empresários. -----

Quanto aos argumentos da Câmara para a extinção, frisou que a Câmara poderia, pura e simplesmente, dizer que não há dinheiro, que não há condições para continuar com o projecto do PEC, salientando que, caso assim fosse, todos compreenderiam a decisão. Referiu que, ao invés disso, o argumento dado pela Câmara, falando em questões de drenagem das águas na ribeira, é palavreado, que é a desculpa que tinha que arranjar para não levar para a frente o projeto, em vez de argumentar com a realidade que é a falta de dinheiro. -----

Referiu que um outro problema que se levanta é o problema do investimento já realizado. Nesse âmbito, disse que a Câmara já comprou muitos terrenos e que, à Assembleia Municipal, foram presentes inúmeros pedidos de repartição de encargos para pagar terrenos para o PEC, recordando que até já teve a oportunidade de criticar a situação das repartições de encargos que são presentes à Assembleia Municipal. Questionou o que é que a Câmara Municipal pretende fazer com esses terrenos que já foram adquiridos para o PEC. -----

O membro Rui Tavares, concluindo a sua intervenção, aproveitou a oportunidade para colocar uma questão relacionada com o Parque Empresarial de Recuperação de Materiais (PERM), dizendo que viu movimentações, na área do PERM, ao nível do corte de árvores, questionando se já foram adquiridos terrenos para o PERM bem como qual o ponto da situação em que se encontra esse projecto. -----

Usou da palavra a deputada municipal **Alexandra Sousa (PS)**, que leu documento escrito que deixou à Mesa, cujo teor, seguidamente, se transcreve: -----

“Infelizmente, mais uma vez, pelas piores razões os factos comprovam as nossas ideias, nomeadamente: -----

- de que a falta de planeamento e demora na resolução dos projetos leva a que haja deslocalização e, posteriormente, na ideia de alguns já não seja viável. Pois claro que não,



permitam-me a pergunta, então quando é que as indústrias da cortiça poderão sair dos centros urbanos de Santa Maria de Lamas, Mozelos e Paços de Brandão, para que assim se possa melhorar o ordenamento urbano e ambiental? Com o abandono do PEC não poderão, com certeza. Não concordámos com isto. -----

- Por outro lado, vemos que, para alguns projetos, aproveitar fundos comunitários e conseguir financiamento é fácil, mas para outros projetos já não faz sentido, mesmo que já se tenha investido no mesmo. Permitam-me uma outra questão: a Câmara ao investir, quando vendesse os terrenos não teria resultados financeiros superiores ao investido, uma vez que o restante que era a grande parte, seriam fundos comunitários? Pensamos que sim e o abandono do projeto não é solução. Não concordámos com isto. -----

- Mais ainda, coloca-se de parte um setor de importância máxima para o Concelho e para o país, para valorizar sucata (perdoem-me a expressão). Permitam-me a última questão: para quê fazer campanhas de milhões, para promover a Cortiça e no Concelho deitar-se por terra um projeto que poderia dar melhoria de condições para as pequenas e médias empresas, que com a partilha de equipamentos poderiam sobreviver, pois os custos individuais poderiam baixar, e assim também promover a Cortiça, e juntas, com equipamentos coletivos, provavelmente poderiam sobreviver. Mas não, as pequenas e médias empresas viram-se obrigadas a fechar por não terem condições de competitividade e serem aniquiladas pelas empresas monopolistas deste setor. Não concordámos com isto. -----

- Por esta falta de ordenamento industrial, por falta de planeamento, por falta de rapidez e exequibilidade, pelas opções mal tomadas, que impedem a criação de riqueza para o Concelho, empregos e serviços, por tudo isto, votaremos contra a extinção da Empresa Municipal e conseqüente anulação do projeto do Parque Empresarial da Cortiça.” -----

Interveio o membro *José Leão* (PSD) que começou por dizer que só concebe algumas análises que são feitas pelo desconhecimento total do que se está a falar. Disse ter sido corticeiro durante dezasseis anos, que conheceu o mundo inteiro à conta da cortiça, que continua ligado à cortiça e que se orgulha por ter fundado, em 1975, duas empresas da cortiça que ainda estão vivas e de boa saúde, ressaltando que só fala em deslocalização de fábricas de cortiça quem tem um desconhecimento total acerca do assunto. -----

Referiu ter sido por isso que o Sr. Presidente da Câmara disse, na reunião camarária, que se



alguém soubesse de uma empresa que tivesse aberto uma outra unidade no Alentejo e tivesse perdido um único posto de trabalho no Concelho de Santa Maria da Feira, que a indicasse, frisando que essas empresas não existiam e que, portanto, quando se fala em deslocalização é por desconhecimento. -----

Salientou que, de igual modo, só por desconhecimento se pode falar do Grupo Amorim como algo de mau no sector da cortiça, ressaltando que apesar de ter sido o seu principal concorrente durante dezasseis anos, em países como a Bulgária, a Checoslováquia, a Hungria, entre outros, nunca falou mal do Grupo Amorim, reconhecendo que se não fosse o Grupo Amorim aqueles países, provavelmente, nem utilizariam a rolha de cortiça. Salientou que foi o Grupo Amorim quem promoveu a cortiça até os governos se capacitarem que era preciso o País investir na promoção da cortiça. Frisou, também, que se não fosse o Grupo Amorim não seriam os pequenos empresários que iam conseguir 25 milhões de euros do Governo para investir, em todo o mundo, em promoção da cortiça, informando ainda que, em 2002, o sector corticeiro facturou 920 milhões de euros, em 2009 já só facturou 650 milhões de euros e que, em 2120, recuperou ligeiramente para os 700 milhões de euros, e que isso faz ressaltar a necessidade de se investir na promoção da cortiça. -----

Disse conhecer a realidade do sector corticeiro desde 1970, que consegue indicar, em termos financeiros, quais foram as curvas ascendentes e descendentes do sector, fazendo sobressair que conheceu muitas empresas da cortiça que fecharam porque, infelizmente, não conseguiram sobreviver à globalização do mundo da cortiça que obriga a ter empresas na América Latina, no Norte de África e noutros países. -----

Referiu ser preciso agir em função dos tempos e que a Câmara está a fazer aquilo que julgava que não teria coragem para o fazer, salientando que, já antes de 2008, fez uma crítica dizendo que praticamente nenhum empresário teria capacidade para fazer investimento no sentido de se localizar no PEC, fazendo sobressair que, com a quebra de financiamento, com a banca a não ter dinheiro para emprestar aos empresários, isso, nos dias de hoje, é absolutamente impossível. Salientou que caso alguns empresários tivessem a possibilidade de deslocalizar a sua empresa de cortiça, inserida em aglomerado urbano, têm a possibilidade de comprar pavilhões dentro de zonas industriais, sublinhando que não faltam pavilhões para serem comprados dadas as muitas falências de empresas que se verificaram. Elogiou a Câmara pela decisão corajosa. -----



[Handwritten signature]
[Handwritten initials]
[Handwritten mark]

Referiu que também não pode deixar de comentar as palavras proferidas pela vereadora Margarida Gariso na reunião camarária, ressaltando que a Sr.^a vereadora insultou a APCOR, no seu todo, quando afirmou que existem muitos interesses na APCOR, nomeadamente por parte dos grandes empresários, pondo em causa a posição da APCOR quando responde à Câmara sobre a não execução do PEC. -----

Disse ter sido dirigente da APCOR, que tem acompanhado a vida da associação e tem familiares que são, também, dirigentes da APCOR, dizendo considerar as palavras da vereadora Margarida Gariso como uma ofensa aos membros da APCOR, lembrando que a grande maioria dos sócios da APCOR são pequenos empresários. -----

Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* que começou por frisar que entende que a discussão se deve centrar nos interesses do Concelho. -----

Referiu que o Grupo Amorim foi muito atacado e que, não devendo nada ao Grupo Amorim nem o Grupo Amorim lhe devendo, queria dar nota de um acontecimento. Referiu que, aquando da inauguração do Lar Comendador Américo Amorim, em Mozelos, em que todos os que discursaram agradeceram ao Sr. Américo Amorim o apoio que tinha dado para aquele lar, na intervenção disse que não agradecia ao Sr. Américo Amorim esse apoio porque dar esses apoios era a coisa que menos lhe custava fazer, mas que lhe agradecia, em nome do Município, o papel que tem no desenvolvimento do Município e da Região e pelo facto de empregar, no Concelho de Santa Maria da Feira, mais de 4 mil pessoas. -----

A deputada municipal *Lúcia Gomes*, a partir do seu lugar, disse que o Sr. Presidente da Câmara estava a defender um trabalhador que foge aos impostos e que estava a fazer caridadezinha, ressaltando que os trabalhadores estão pobres por causa do Sr. Américo Amorim, questionando quantos trabalhadores já despediu o Grupo Amorim. -----

O *Sr. Presidente da Câmara* prosseguiu a sua intervenção dizendo à deputada municipal para não vir para a Assembleia Municipal com ideias feitas, referindo ainda que, para aqueles que se interessam pelo desenvolvimento do Município, a única visão que podem ter é aquela que, efectivamente, falou, ou seja, o facto de o Grupo Amorim empregar mais de 4 mil pessoas no Concelho de Santa Maria da Feira. -----

Sobre as questões ambientais que foram mencionadas, sublinhou que a Câmara não tomou a decisão por questões ambientais, ressaltando que a Câmara tinha o estudo de impacte



Handwritten initials and signature

ambiental aprovado, acrescentando que foi feita uma referência na informação porque o próprio estudo de impacte ambiental impunha algumas obras. -----

Explicou que, ao contrário do que foi dito pela deputada municipal Lúcia Gomes, a razão da extinção da empresa municipal não foi a falta de financiamento, informando que o projeto do PEC está aprovado pelo QREN e que, portanto, não foi por falta de apoios comunitários que se decidiu pela extinção. -----

Disse que ao falar-se do PEC está-se a falar de um investimento de mais de 10 milhões de euros, fazendo sobressair que o que faltou foi encontrar um parceiro privado para entrar com a verba para a compra do terreno, dizendo ser essa a principal componente, bem como para entrar com os dois milhões de euros, respeitantes aos 20% da parte não participada pelos fundos comunitários. -----

Respondendo ao membro Rui Tavares, frisou ter dito, de maneira muito clara e em várias ocasiões na Assembleia Municipal, que a Câmara só tinha possibilidades de avançar com o PERM ou com o PEC se encontrasse um parceiro privado, fazendo sobressair que para o PERM esse parceiro privado foi encontrado, enquanto que, para o PEC, não. Salientou que, no presente momento, não há, na área da cortiça, quem compre terrenos e que, também por essa razão, não apareceu um parceiro privado para o PEC. -----

Salientou que, tal como disse na reunião camarária e que está na acta, a Câmara tem ainda disponíveis terrenos para vender na Zona Industrial de Fiães, focando ser a zona da cortiça, para quem quiser construir numa zona industrial na área da cortiça. Referiu que o que explicou são elementos concretos quanto à situação do PEC, bem como quanto à estratégia que a Câmara tem, tomando opções no verdadeiro interesse do Município de Santa Maria da Feira. -----

Relativamente à questão colocada pelo membro Rui Tavares quanto ao destino a dar aos terrenos comprados para o PEC, disse que o grande volume dos terrenos comprados foi para a via, e que essa via se encontra feita. Disse que a Câmara comprou alguns terrenos na zona industrial porque alguns proprietários ou vendiam o terreno todo ou nada e, assim sendo, a Câmara comprou os terrenos na perspectiva de que, efetivamente, os iria usar. -----

Nesse âmbito disse que vai propor à Câmara que, por uma questão de transparência para com os vendedores dos terrenos, sejam questionados quanto a se querem manter o negócio, ou não, uma vez que o projecto do PEC não vai ser levado por diante. Referiu que caso não queiram



[Handwritten signature and initials]

manter o negócio a Câmara, naturalmente, desfaz o negócio e os vendedores devolvem a verba que já foi paga pela Câmara e que, caso queiram manter o negócio, a Câmara fica com o terreno. Ressaltou que esses terrenos foram comprados pela Câmara a, no máximo, 5 ou 6 euros o metro quadrado, que é um investimento para a Câmara e que se a Câmara o pretender, com facilidade os venderá por esse preço.-----

Disse que em boa hora o governo pôs à disposição da APCOR, nos vários anos, perto de 20 milhões de euros para fazer promoção à cortiça, salientando que há dois anos atrás a indústria da cortiça tinha perdido cerca de 35 a 40% do mercado para os produtos alternativos e que, devido a uma campanha promocional muito bem conseguida e personalizada, consoante os países a que se destinava, a cortiça está a recuperar mercado.-----

Concluiu salientando que os homens do marketing souberam fazer uma campanha muito eficaz e que, a bem da economia portuguesa e a bem da economia do Concelho de Santa Maria da Feira, a cortiça está a recuperar mercado.-----

A deputada municipal *Lúcia Gomes* (CDU) pediu a palavra para fazer uma interpelação à Mesa, o que lhe foi concedido.-----

Disse que a interpelação que queria fazer prende-se com a condução dos trabalhos, relativamente à indignação que o Sr. Presidente da Assembleia demonstra em relação aos apertes da CDU. Referiu que gostava de questionar porque é que o Sr. Presidente da Assembleia não demonstra essa mesma indignação e não interpela nenhum outro deputado municipal, nem o Sr. Presidente da Câmara, quando são feitos ataques pessoais, ou quando se assiste a membros a abandonar a sala e a dizer, passo a citar: “que estão para aqui cães a ladrar” – fim de citação, ou quando o Presidente da Câmara em certa ocasião disse, enquanto ela, *Lúcia Gomes*, fazia uma intervenção, que, passo a citar: “vem para aqui esta canalha falar” – fim de citação.-----

Perguntou, portanto, qual é o critério do Sr. Presidente da Assembleia para interpelar uns membros da Assembleia e não interpelar outros, dizendo merecer ser respeitada e que não admite que se venha dizer que é má ou boa educação, frisando que não tratou ninguém com má educação e que, simplesmente, fez apertes porque entendeu que aquilo que estava a ser dito não correspondia à verdade.-----



Interveio o membro *Victor Neves* (PS) para dizer que, com todo o respeito que o Sr. Presidente da Câmara lhe merece, se sentiu ofendido pelo mesmo quando, numa anterior sessão da Assembleia, a propósito do prédio de Lourosa, o Sr. Presidente da Câmara questionou os interesses de quem é que ele, Victor Neves, estava a defender ao falar do prédio de Lourosa.-----

Referiu que, já nesta sessão, o Sr. Presidente da Câmara, dirigindo-se ao membro António Cardoso, disse que, no final da sessão, lhe podia ensinar a fazer as contas.-----

Concluiu dizendo que o Sr. Presidente da Câmara, quando toca a provocar, provoca e fere a dignidade das pessoas mas que, depois, se faz de vítima.-----

O *Sr. Presidente da Câmara* pediu a palavra para, a respeito do proferido pela deputada municipal *Lúcia Gomes* na interpelação que fez à Mesa da Assembleia, salientar que costuma ter boa memória e que não se lembra de alguma vez ter dito aquilo que a deputada *Lúcia Gomes* disse que tinha dito, ao que a deputada municipal *Lúcia Gomes* retorquiu dizendo lembrar-se muito bem, dando nota que o Sr. Presidente da Câmara proferiu tal afirmação no dia 27 de Dezembro de 2006, no Salão Nobre da Câmara Municipal, e que não foi a única pessoa a assistir, ressaltando que os antigos membros do Partido Socialista também assistiram a esse momento.-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* referiu que daria resposta à interpelação feita pela deputada municipal *Lúcia Gomes* mas que, antes disso, daria a palavra à Sr.^a vereadora *Margarida Gariso*, que a pediu para defesa da honra. Salientou que, no termos regimentais, a Sr.^a Vereadora tem o direito de usar da palavra para esse efeito, independentemente da autorização do Sr. Presidente da Câmara, passando-lhe, em seguida, a palavra, para efeitos da defesa da honra.-----

Usou da palavra a Sr.^a vereadora *Margarida Gariso* que começou por agradecer ao Sr. Presidente da Assembleia lhe ter sido concedido a possibilidade de intervir.-----

Referiu que não queria deixar passar a oportunidade sem esclarecer o membro José Manuel Leão, ressaltando que o mesmo fez uma leitura parcial do que lhe interessava da acta da reunião camarária, a propósito do que ela – *Margarida Gariso* – disse na reunião de Câmara. --



Salientou que o que dissera na reunião de Câmara é muito claro, passando a ler o referido extracto da acta camarária, sobre as palavras que proferiu, extracto que seguidamente se transcreve: "... salientando contudo que é preciso ver que existem muitos interesses na APCOR, nomeadamente por parte dos grandes empresários, acrescentando que também é preciso ver o grande tecido dos pequenos e médios empresários, é preciso perceber do que se fala e envolver todos no processo." -----

Referiu ser da zona da cortiça, que é do Concelho de Santa Maria da Feira e que gosta muito dele, que tem a plena consciência do que o sector da cortiça representa para o Concelho e que, por isso, nunca poderia estar senão envolvida e interessada. -----

Disse ter estado ao lado da APCOR, inclusivamente para se permitir que a CINCORK e outros empreendimentos importantes daquela zona pudessem avançar, frisando ser com profunda consternação que verifica que o projecto do PEC é abandonado, sublinhando que não é abandonado porque as circunstâncias se tivessem modificado mas sim porque as opções políticas da Câmara são, ao longo dos anos, erradas. -----

Fez sobressair que aquilo que põe em questão é que o tecido empresarial da cortiça é composto maioritariamente por pequenos empresários, salientando que a APCOR representa, legitimamente, os seus associados, que tem pequenos e grandes empresários, mas que no processo em concreto os interesses de todos são os interesses de todos enquanto interessados e que, nessa medida, é importante defender aquilo que representa a maioria do tecido empresarial para o sector, envolvendo todos e não apenas alguns. -----

Concluiu a sua intervenção salientando que não queria deixar dúvidas ao membro José Leão daquilo que disse na reunião de Câmara, frisando que o membro José Leão ou não percebeu o que disse ou quis interpretar erradamente, fazendo sobressair que a sua prática, no que ao sector da cortiça diz respeito, tem sido de apoio e que é sempre com muita clareza e muita reflexão que profere as palavras que profere. -----

O membro *Rui Tavares* (CDS-PP) pediu a palavra para fazer um ponto de ordem à Mesa, dizendo considerar que o Sr. Presidente da Assembleia devia, nos termos do regimento, e dado estarem ultrapassadas as 4 horas de duração desde o início da sessão, questionar a Assembleia quanto à continuidade da mesma. -----



O Sr. *Presidente da Assembleia*, face ao ponto de ordem à Mesa do membro Rui Tavares, disse que tinha a noção dessa situação mas que não colocou a questão à Assembleia pela simples razão de que, quando estava para ser atingido o limite das 4 horas, só o presente ponto da ordem do dia parecia levantar alguma discussão, mas que não imaginava que a discussão do mesmo fosse levar tanto tempo.-----

Seguidamente, colocou a questão ao plenário, questionando se algum dos Srs. deputados municipais se opunha a que a Assembleia prosseguisse com os trabalhos. -----

Uma vez que nenhum dos membros da Assembleia se manifestou contra a continuação dos trabalhos, o Sr. Presidente da Assembleia prosseguiu com os mesmos, passando a responder à interpelação à Mesa feita pela deputada municipal Lúcia Gomes.-----

Sobre a interpelação, disse que o critério que procura usar é o de tratar por igual todos os Srs. deputados municipais. Salientou que, em matéria de apartes, procura não interferir quando os apartes são proferidos porque sabe que os apartes são da praz parlamentar, mas que há momentos em que as coisas sobem de tom e atingem um grau que se aproxima da perturbação da Assembleia, e que é nessa altura que interfere, salientando ser esse o seu critério. -----

O Sr. Presidente da Assembleia frisou, ainda, não ter memória de, em algum momento, ter faltado ao respeito à deputada municipal Lúcia Gomes. -----

A deputada municipal *Lúcia Gomes* (CDU), a partir do seu lugar, confirmou que nunca o Sr. Presidente da Assembleia lhe faltou ao respeito. -----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 35 votos a favor (PSD: 30, PS: 2, CDS-PP, BE, Ind.), 14 votos contra (PS: 13, CDU) e 0 abstenções, aprovar a extinção da empresa municipal PEC-TSM – Parque Empresarial da Cortiça, das Terras de Santa Maria, EM, bem como a indicação do Presidente da Câmara com poderes para representar o Município de Santa Maria da Feira na Assembleia Geral daquela empresa municipal, em ordem a deliberar a sua dissolução e liquidação, a aprovação das contas e do balanço do exercício final, conferindo-lhe ainda os poderes bastantes para deliberar sobre todas as matérias necessárias ao citado fim, incluindo a guarda dos livros e demais escrituração comercial, bem como proceder aos respectivos actos de registo comercial, escolhendo o procedimento administrativo e a tramitação que melhor se



[Handwritten signature and initials]

adequar, nos termos e com os fundamentos constantes da deliberação tomada pela Câmara na sua reunião de 19 de Dezembro de 2011.-----

14 – Pedido de subsídio da Associação do Centro Social de Escapães -----

- Autorização da repartição de encargos -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe e, em seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia.-----

O *Sr. Presidente da Câmara* explanou o assunto em referência, nos termos constantes da deliberação camarária de 14 de Novembro de 2011 enviada, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita.-----

Verificando que nenhum dos Srs. deputados municipais pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, o Sr. Presidente da Assembleia passou a submeter o assunto a votação.-----

E, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade – todos os grupos municipais e o membro independente – estando presentes 49 dos 64 membros que compõem este Órgão, autorizar a repartição de encargos para os anos de 2014 e 2015, respeitante ao pedido de subsídio supra-identificado, nos termos da deliberação tomada pela Câmara na sua reunião de 14 de Novembro de 2011.-----

15 – Encerramento da EDV Energia (para conhecimento) -----

- Resumo das Contas-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe e, em seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia.-----

O *Sr. Presidente da Câmara* explanou o assunto em referência, nos termos constantes da deliberação camarária de 12 de Dezembro de 2011 enviada, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita.-----



Interveio o membro *Rui Tavares* (CDS-PP) que começou por dizer que gostava de fazer algumas considerações em relação ao assunto em questão, uma vez se relacionar com a energia e com a poupança de energia.-----

Disse ter conhecimento de que a Câmara Municipal vai promover uma espécie de meio apagão na iluminação pública do Concelho, desligando as lâmpadas em “poste sim, poste não”, questionando se foram estudadas todas as implicações, a nível da segurança, que esse meio apagão vai trazer para o Concelho.-----

Nesse âmbito, referiu que a Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, por intermédio da agência de energia, conseguiu poupar cerca de 30% da sua factura energética sem que, para isso, tivesse de desligar lâmpadas. Frisou que a adesão do Município de Santa Maria da Feira à EDV Energia nunca trouxe dividendos, pelo menos ao nível da poupança energética.-----

Salientou que, no seu entendimento, se o objetivo é poupar 50% da factura energética, seria mais razoável aplicar os mesmos parâmetros que foram aplicados em Vila Nova de Gaia, fazendo sobressair que a grande poupança ocorreu ao nível dos contadores, adaptando as potências dos mesmos às necessidades de cada edifício e de cada situação.-----

Concluindo, disse que gostava de ser informado quanto a qual o esforço que a Câmara tem feito nos seus edifícios para diminuir o consumo de energia elétrica e, ainda, se nas ruas cuja iluminação pública utiliza a tecnologia Led também vai ser usada a estratégia de desligar as lâmpadas “poste sim, poste não”.-----

Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* que começou por ressaltar que as pessoas quando falam deviam saber do que falam e quando vêem notícias deviam analisá-las.-----

Frisou que a Câmara de Vila Nova de Gaia poupou 30% no consumo dos edifícios mas que a preocupação que a Câmara de Santa Maria da Feira tem não é com os edifícios, dizendo que, aí, a Câmara de Santa Maria da Feira tem poupado, mas sim com a iluminação pública. Informou que a Câmara gasta, em iluminação pública, cerca de um milhão e novecentos mil euros por ano, com a agravante de que a electricidade vai aumentar 17%, referente ao IVA. ---
Deu nota que a EDV Energia fez estudos para a Câmara de Santa Maria da Feira, bem como para os diversos municípios, e que o fizera em várias componentes. Deu como exemplo um trabalho que está a ser levado a cabo juntamente com as Juntas de Freguesia, no sentido de serem desligados os contadores que não são da responsabilidade da Câmara e que a mesma



estava a pagar, sublinhando haver trabalho que foi feito e que deu resultado.-----
Concluindo, o Sr. Presidente da Câmara frisou que, contudo, essa discussão já foi tida em
anteriores sessões da Assembleia, lembrando que a Assembleia Municipal já deliberou
relativamente ao encerramento da EDV Energia bem como já deliberou a adesão do
Município de Santa Maria da Feira à ENERGAIA.-----

Seguidamente, o Sr. Presidente da Assembleia passou para o ponto seguinte da Ordem do
Dia, explicando que o ponto n.º 15 foi presente à Assembleia para conhecimento, tendo a
Assembleia Municipal tomado conhecimento do quadro resumo das contas da EDV Energia –
Agência de Energia do Entre Douro e Vouga, no âmbito do encerramento daquela empresa. ---

**16 – Constituição de Comissão no âmbito da Reforma da Administração Local (Artigo
15.º, n.º 2, do Regimento)**-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe, agendado no seguimento
do pedido remetido à Mesa pelo membro José Manuel Leão, através de e-mail datado de 03
Dezembro de 2011, documento esse enviado, oportunamente, a todos os membros da
Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrito.-----

Disse tratar-se de uma comissão eventual nos termos do Regimento, constituída por membros
de todos os grupos municipais com representação na Assembleia, para reflectir, acompanhar e
tomar as iniciativas que achar convenientes e oportunas acerca das implicações da Reforma da
Administração Local no Município de Santa Maria da Feira. -----

Referiu que, na reunião preparatória, ficou acordado no sentido da comissão ser composta por
3 membros do PSD, 2 membros do PS e 1 membro do CDS-PP, 1 membro do BE e 1 membro
da CDU. -----

O membro *Nuno Serrano* (BE) questionou qual o âmbito da comissão, bem como os prazos
envolvidos. -----

Interveio o membro *José Leão* (PSD) – proponente da proposta – para frisar que o âmbito da
comissão é, naturalmente, o de fazer uma avaliação daquilo que saiu sobre a Reforma da
Administração Local, do chamado Livro Verde, trocando impressões para o futuro, ouvindo



quem entender que quer ouvir, no intuito de haver uma preparação. Disse ser público que vai sair legislação que estabelecerá prazos para as Assembleias de Freguesia e as Assembleias Municipais se pronunciarem no âmbito dessa matéria, considerando ser melhor a Assembleia estar prevenida do que ser apanhada de surpresa. Adiantou que o grupo municipal do PSD indicará, mediante a bancada que tem, três elementos do mais elevado nível, prestigiando a comissão que será criada. -----

Interveio o membro *Nuno Serrano* (BE) que começou por recordar que o membro José Manuel Leão, numa anterior sessão da Assembleia, foi quem disse que não via qualquer tipo de urgência na discussão, pela Assembleia, do assunto da reforma da administração local. Disse que as actas da Assembleia Municipal são públicas e que essa afirmação pode ser confirmada.-----

Quanto à questão relacionada com os prazos, disse que nada foi dito a esse respeito, salientando que foi o próprio Sr. Ministro com a tutela da Administração Local quem afirmou que se fosse para ter o consenso do Partido Socialista a reforma da administração local poderia ser feita até ao fim do ano de 2012.-----

Referiu ser sabido que o memorando da troika está em constante mudança, que é preciso haver vontade política, ressaltando que o Bloco de Esquerda comunga com o que o Sr. Presidente da Câmara disse na presente sessão da Assembleia, e que já dissera na reunião de Câmara e que, inclusivamente, consta das actas, em que afirmou que quem negociou o memorando com a troika não sabia o que é que estava a falar. -----

Concluiu dizendo que os termos em que se pretende criar a comissão não permitirá qualquer tipo de discussão séria, sublinhando que o que querem, com a criação da mesma, é livrar a cara da competência de deliberar sobre o assunto. -----

Interveio o membro *António Cardoso* (PS), que iniciou por salientar que é público que não morre de amores pelo chamado Livro Verde da Reforma Administrativa mas que, no entanto, considera que faz todo o sentido que a Assembleia crie uma comissão, que a mesma reúna o mais breve possível, no sentido de ser elaborado um trabalho, de serem encontradas conclusões para, depois, fazer um debate para falar sobre essas conclusões. -----

Disse pensar que foi essa a ideia que ficou subjacente, salientando que processo similar está a



decorrer na Área Metropolitana do Porto. -----

Submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade – todos os grupos municipais e o membro independente – estando presentes 49 dos 64 membros que compõem este Órgão, constituir a Comissão supra-identificada, a ser constituída por três membros do PSD, dois membros do PS, um membro do CDS-PP, um membro do BE e um membro da CDU. -----

O Sr. Presidente da Assembleia anunciou que a Comissão seria constituída, pelo PSD, pelos membros Fernanda Paula Oliveira, António Domingues Pereira e José Fernando Moreira; pelo PS, pelos membros António Cardoso e Henrique Ferreira; pelo CDS-PP o membro Rui Tavares; pelo BE o membro da Assembleia Municipal em efectividade de funções – António Silva – ou por quem o substitua, no caso o Nuno Serrano; e pela CDU a Lúcia Gomes. -----

Pedi, então, que posteriormente lhe fosse indicada a data previsível para a primeira reunião da Comissão, salientando que, nos termos regimentais, lhe compete fazer a convocatória para essa primeira reunião e que, depois, compete à Comissão assumir o seu próprio dinamismo e marcar as reuniões sucessivas. -----

Em seguida, o *Sr. Presidente da Assembleia* submeteu a minuta da acta desta sessão a aprovação e, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar em minuta a acta desta sessão. -----

Posto isto, e nada mais havendo a tratar, às 02,20 horas, o Sr. Presidente da Assembleia encerrou os trabalhos, do que para constar, se lavrou esta acta que vai ser assinada por todos os membros da Mesa. -----

O Presidente,

O 1.º Secretário,

O 2.º Secretário,

